



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 018/2014-UCC/PESCAP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014-CPL/PESCAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38. 0135/2014-PESCAP

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ-PESCAP, E A EMPRESA CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP.

Pelo presente instrumento e nos melhores termos de direito, os abaixo assinados de um lado o Estado do Amapá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.922.306/0001-56, por intermédio da **AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ - PESCAP**, representado neste ato pelo seu Diretor-Presidente **Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES**, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 4295 de 14 de julho de 2014, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº M-7. 972.358-MG e do CPF nº 964.807.266-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado como **CONTRATADA** a empresa **CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, Escrita no CNPJ: 34.871.707/0001-95, estabelecida nesta Capital, na Av. Raimundo Antônio Machado nº 560, Bairro: Novo Buritizal, CEP: 68.904-043, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado legalmente pelo **Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Av. Dos Goitacazes, nº 99, Bairro: Beírol, cidade de Macapá, Estado do Amapá, Portador da Cédula de Identidade nº 233854-2ª via/PTC/AP e do CPF nº. 563.349.402-44, resolvem celebrar o presente CONTRATO assim como pelas condições da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2014-CPL/PESCAP**, pelos termos da proposta da Contratada, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, mediante as cláusulas e condições seguintes.

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Processo Administrativo nº 37.0135/2014-PESCAP.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de veículos em caráter **EMERGENCIAL**, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com seguro total dos veículos, para atender as demandas da PESCAP. Conforme quantitativos e especificações constantes na Tabela do Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

1.2. Tabela de Especificações e Quantitativos

Itens	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário por Veículo	Valor Mensal Total
01	06	UNID	Veículo Administrativo Tipo Pick-up, com as seguintes características: - cabine dupla; - 4x4, potencia mínima de 120 CV; - combustível - diesel; - ar condicionado; - direção hidráulica; - com vidros e travas elétricas; - adesivo do Governo do Estado, conforme solicitação. Dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN bem como os de serie não especificados.	6.000,00	36.000,00
02	05	UNID	Veículo Administrativo Tipo Passelo, com as seguintes características: - Motor a partir de 1.0 cc e potencia mínima de 65 CV; - 05 (cinco) portas; - bicomcombustível (álcool/gasolina); - ar condicionado; - direção hidráulica; - capacidade para 05 (cinco) passageiros; - adesivo do Governo do Estado, conforme solicitação. Dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN bem como os de serie não especificados.	2.850,00	14.250,00
03	01	UNID	Veículo Administrativo Tipo Utilitário com cabine estendida, com as seguintes características: - capacidade mínima de carga 400 kg; - potencia mínima de 85 CV; - bicomcombustível (álcool/gasolina); - ar condicionado; - direção hidráulica; - adesivo do Governo do Estado, conforme solicitação. Dotado de todos os equipamentos exigidos pelo CONTRAN bem como os de serie não especificados.	2.750,00	2.750,00
VALOR TOTAL MENSAL					53.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Serviços de Locação;

2.1.1. Os veículos deveram ser apresentados na PESCAP, ao chefe do setor de transporte, do qual designara os motoristas oficias que iram conduzir os respectivos veículos, que se responsabilizaram pelos mesmos.

2.1.2. Os Veículos de locação serão utilizados no âmbito rural, na capital e nos municípios assistidos pela PESCAP, para atendimento das atividades junto ao publico alvo pescadores artesanais e aqicultores e suas organizações sociais sediadas no estado do Amapá.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- 2.1.3. A requisição deverá conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do Contrato, e a identificação da CONTRATADA;
- 2.1.4. A requisição será expedida por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA, inclusive fac-símile;
- 2.1.5. Os Serviços não deverão ultrapassar os quantitativos explicitados na Tabela de Especificações e Quantitativos do Contrato, os quais serão rigorosamente controlados, tanto pela CONTRATADA quanto pelo CONTRATANTE;
- 2.1.6. Os veículos a serem contratados deverão ter ano de fabricação a partir de 2014 e atender as

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 3.1. Consoante o previsto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o presente contrato poderá ser rescindido:
- 3.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no Artigo 78, Incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes;
- 3.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 3.1.3. Judicialmente, nos termos da Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA:

- 4.1. O presente contrato vigorará do dia: 09/09/2014 a 08/03/2015, com prazo máximo por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato, em razão de impedimento legal decorrente da Legislação vigente não poderá ser aditado em nenhuma hipótese em relação ao seu prazo final.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

- 5.1. O pagamento será efetuado em parcelas MENSALIS, de acordo com o quantitativo de requisições solicitada, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação do referido documento no Departamento Administrativo do CONTRATANTE. O pagamento será efetuado através de depósito bancário em favor da Empresa CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, no Banco: 001-Banco do Brasil, Agência nº 4433-4, Conta Corrente nº 9320-3.
- 5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF, Fazendas Estadual e Municipal do domicílio do contratado e certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:

6.1. A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art.70 da Lei 8.666/93), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço prestado, subsistirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela solidez, qualidade e segurança deste último.

6.2 - A fiscalização dos serviços prestados ficará a cargo do servidor designado pelo gestor do contrato através de Portaria, conforme Artigo 67 da 8.666/93;

6.3 - O fiscal registrará em relatórios todas as ocorrências e deficiências porventura existentes na prestação dos serviços contratados e encaminhar cópia à contratada para a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

A **CONTRATANTE** obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os compromissos assumidos neste Contrato, bem como pagar pela aquisição dos serviços, além de:

7.1. Fornecer todos os dados a **CONTRATADA**, necessários à adequada execução dos serviços;

7.2. Efetuar os pagamentos nos termos do Contrato;

7.3. Manter com a **CONTRATADA** relação por escrito, ressaltados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que, entretanto, deverão ser formalizados oportunamente;

7.4. Fiscalizar a execução do instrumento contratual, por meio da PESCAP, na forma que lhe convier;

7.5. Receber os veículos locados;

7.6. Proceder à devolução dos veículos, de acordo com Ordem de Serviço/Notificação emitida pela PESCAP ao final do contrato e/ou nas alterações contratuais durante a sua vigência.);

7.7. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências, desde que respeitadas às normas de segurança;

7.8. Utilizar os veículos, exclusivamente, para os serviços de competência do Estado, representado por seus órgãos/entidades, envolvendo transporte de pessoas, materiais, ferramentas e equipamentos, obedecendo aos limites estabelecidos pela fabricante do veículo quanto à capacidade de cada marca/modelo;

7.9. Permitir a condução dos veículos somente por servidores autorizados, devidamente habilitados;

7.10. A PESCAP fornecerá à contratada, até o 3º (terceiro) dia úteis do mês subsequente, a quilometragem mensal de cada veículo fornecido/contratado, por meio de e-mail ou encaminhando ofício à sede/filial da empresa **CONTRATADA**;

7.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada;

7.12. Responsabilizar-se pela lavagem, reparo de pneus (furo e válvulas) e abastecimento do veículo;

7.13. Quando ocorrer multas de trânsito, o Contratante obriga-se a:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

a. Quando do recebimento da notificação de infração, identificar de imediato o condutor, e enviar ao órgão atuador;

b. Se a infração for de responsabilidade da CONTRATADA, informar a esta de imediato porque motivo o condutor não foi identificado, bem como, porque o Estado não assumiu a responsabilidade pela multa, devolvendo a notificação à CONTRATADA;

c. Ingressar com recurso em tempo hábil quando não houver concordância de sua parte, ou do servidor condutor, na aplicação da infração;

d. Ressarcir a CONTRATADA mediante a apresentação do comprovante de pagamento da multa de Trânsito;

7.14. Responsabilizar-se financeiramente pelos sinistros e avarias decorrentes de imperícia, imprudência, negligência, mau uso, dolo, e atos ilícitos de seus servidores quando comprovados, mediante processo administrativo, devidamente instruído com os seguintes documentos:

a. Boletim de Ocorrência;

b. Fotos;

c. Laudo Técnico;

d. Três orçamentos de cotações de preços (que comprovem que os materiais e serviços constantes utilizados pela empresa correspondem aos valores praticados no mercado);

e. Notas fiscais das empresas que prestaram os serviços e/ou forneceram peças, e;

f. Demais documentos necessários à comprovação da negligência, imperícia, imprudência, dolo, ou ato ilícito do servidor.

7.15. Nas demais situações o Contratante não se obriga a responsabilizar-se financeiramente por quaisquer tipos de avarias ou sinistros.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA obriga-se a:

8.1. Fornecer o objeto de acordo tópico "1" deste Termo;

8.2. Substituir de imediato os veículos que, porventura, não estiverem em condições de realizarem os serviços ou que não atenderem às especificações exigidas no contrato;

8.3. Entregar o objeto em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Ordem de Serviços/notificações expedida pelo Setor Competente da PESCAP;

8.4. Disponibilizar os veículos com franquia de quilometragem de livre/mês;

8.5. Fazer a manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, sem ônus para a Contratante;

8.6. Disponibilizar os veículos segurados: acobertados com seguro total contra incêndio, furto, roubo, acidente ou colisão com e ainda, acobertado com seguro total para terceiros (danos materiais e/ou moral) com o valor mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) SEM FRANQUIA.

8.7. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições apresentadas quando da participação nesta dispensa de licitação.

8.8. Disponibilizar serviço de assistência 24 horas;

8.9. A contratada, que não possuir sede (estrutura), deverão providenciar garagem e instalações/escritório de representação com equipamentos e tecnologia suficiente que viabilize a entrega e a administração dos veículos contratados. O prazo máximo para efetuar as instalações será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar a partir da publicação do



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato. Deverá ainda manter um gestor do contrato exclusivamente para atender a PESCAP;

8.10. A contratada deverá substituir os pneus dos veículos locados de acordo com as especificações técnicas indicadas no T.W.I. (Tread Wear Indication) ou quando o sulco atingir 1.6 mm;

8.11. Entregar os veículos com no mínimo 10 (dez) litros de combustível;

8.12. Enviar ao contratante as Notificações de Trânsito em tempo hábil para que o Órgão/Entidade possa preencher e enviar ao DETRAN/AP com a devida indicação do condutor;

8.13. Efetuar o pagamento das infrações de trânsito em dia e posteriormente enviar o comprovante de pagamento ao Órgão/Entidade contratante para que seja feito o reembolso;

8.14. Ressarcir a PESCAP, as despesas oriundas de serviços emergenciais e imprescindíveis efetuados nos veículos, desde que autorizados pela CONTRATADA, mediante apresentação das respectivas notas de despesas;

8.15. Efetuar o reboque dos veículos de sua propriedade, quando necessário, com todos os ônus as suas expensas.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

9.1. Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pela **CONTRATADA**, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento, poderão ser-lhe impostas, sem prejuízo das sanções elencadas nos artigos 81 a 88 da Lei nº 8.666/93 e do artigo 7º da lei 10.520/2002, as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

III - Declaração de inidoneidade para licitar/contratar no caso de reincidência em falta grave;

IV - Pagamento de multa nos percentuais previstos no CONTRATO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O termo inicial para a incidência da multa estipulada nos itens IV e V, desta cláusula, será a data correspondente a do adimplemento, e o termo final, será a data do efetivo pagamento desta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Pelo perfeito fornecimento dos Veículos, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, de acordo com a Cláusula Quinta, o Valor Mensal de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), totalizando um Valor estimado do Contrato em: R\$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais), Fonte: 101 (Recursos de Tratamento do Estado), Programa de Trabalho: 20.122.0780.2262 (Manutenção de Serviços Administrativos), Elemento de Despesa 33.90.39 (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídico).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO:

11.1. O presente contrato deverá ser publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da sua assinatura, em resumo, no diário oficial do Estado, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ

UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

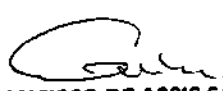
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, não sanadas administrativamente, será competente o Foro da Comarca de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

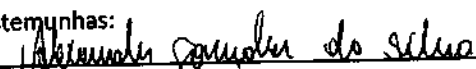
12.2. E, por estarem assim, justas e Contratadas, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, que ao final subscrevem.

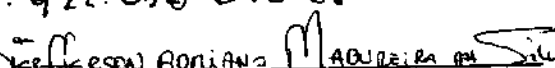
Macapá-AP, 09 de setembro de 2014.


MAX ATÁLIBA FERREIRA PIRES
Diretor Presidente/PESCAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

1: 
CPF: 922.032.642-68

2: 
CPF: 653090222-87



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins previstos em lei, junto a entidade de direito, que a empresa CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ - LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 34.871.707/0001-95, estabelecida na Av. Raimundo Antônio Machado nº 560 - Novo Buritizal, cidade de Macapá-AP, PRESTA serviços de locação de veículos operacionais com os seguintes dados:

Contrato nº 006/13

Data da assinatura: 06/12/2013.

Período Contratual: 1 ano

Efetivo Contratado: Instituto de Pesos e Medidas do Amapá - IPEM-AP


Local do contato: Macapá-AP

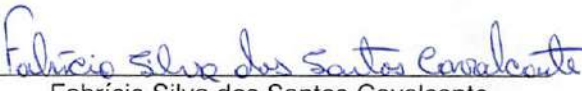
Qualidade dos serviços:

Fornecer satisfatoriamente ao Instituto de Pesos e Medidas do Amapá - IPEM-AP, CNPJ nº 03.564.436/0001-44, os serviços citados acima.


Kato do Socorro de Fátima Chagas
CRA/AP Nº 0-00160
Administradora

Macapá-AP, 9 de abril de 2014.


Ronaldo Gelson Silva de Souza
Diretor Substituto - IPEM-AP


Fabrício Silva dos Santos Cavalcante
Chefe da Unidade de Contratos e Convênios
Decreto nº 4054/2013





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins previstos em lei, junto a entidade de direito, que a empresa CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ - LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 34.871.707/0001-95, estabelecida na Av. Raimundo Antônio Machado nº 560 - Novo Buritizal, cidade de Macapá-AP, PRESTA serviços de locação de veículos operacionais com os seguintes dados:

Contrato nº 006/13

Data da assinatura: 06/12/2013.

Período Contratual: 1 ano

Efetivo Contratado: Instituto de Pesos e Medidas do Amapá - IPEM-AP

Local do contato: Macapá-AP

Qualidade dos serviços:

Fornecer satisfatoriamente ao Instituto de Pesos e Medidas do Amapá - IPEM-AP, CNPJ nº 03.564.436/0001-44, os serviços citados acima.

Karla do Socorro Delfino Chagas
CRA/AP nº 0-00160
Administradora

Macapá-AP, 9 de abril de 2014.

Ronaldo Gelson Silva de Souza
Diretor Substituto - IPEM-AP

Fabício Silva dos Santos Cavalcante
Chefe da Unidade de Contratos e Convênios
Decreto nº 4054/2013

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP - CNPJ 03.564.436/0001-44
Rua: Aurino Borges de Oliveira 1278 - CEP: 68.908-470
Fone: 3222-5601

RECEBEMOS



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

CONTRATO Nº 006/2013

**LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
OPERACIONAIS, COM OU SEM
MOTORISTA E SEM LIMITE DE
QUILOMETRAGEM, PARA USO
MENSAL, COM CAPACIDADE DE
CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG**

CONTRATANTE:

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP

CNPJ: 03.554.436/0001-44

ENDEREÇO: Rua Aurino Borges de Oliveira nº 1278, Bairro São Lázaro

CEP: 68908-470

TELEFONE: (96) 3222-5650

REPRESENTANTE(S):

AUTORIDADE COMPETENTE: Nilson José Pereira dos Santos

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 201128-AP

CPF: 154.319.402-87

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA - EPP

CNPJ: 34.871.707/0001-95

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 0447610035916

ENDEREÇO: AV. RAIMUNDO ANTÔNIO MACHADO, 560 - NOVO BURITIZAL

CEP: 68904-043

TELEFONE: 3224-1222/9125-1150

REPRESENTANTE(S): FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: 233.854-AP 2ª VIA

CPF: 563.349402-44

ENDEREÇO: AV DOS GOITACAZES, 99 - BEIROL

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO E PREÇO

- 1.1. A presente contratação tem como objeto a **LOCAÇÃO DE 02(DOIS) VEÍCULOS, TIPO CAMINHONETE, COM OU SEM MOTORISTA E SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA USO MENSAL, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG E 08 (OITO) VEÍCULOS TIPO PASSEIO**, para serem utilizados conforme condições específicas deste instrumento e Anexos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ – IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE – INMETRO

1.2. O valor global para o presente Contrato é de R\$ 246.000,00 (Duzentos e quarenta e seis mil reais);

1.3. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância resultante do total de veículos efetivamente locados.

2. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

2.1. Conforme Anexo I – Descrição Técnica.

3. PRAZO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.1. Os veículos deverão ser disponibilizados para vistoria da CONTRATANTE, no endereço de cada Centralizadora, no prazo de até 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato.

3.1.1. A CONTRATADA poderá apresentar um veículo antecipadamente para que seja avaliada a compatibilidade da Especificação Técnica, bem como a Comunicação Visual, com aquelas previstas no edital, sem prejuízo da apresentação dos veículos para vistoria no prazo citado no item acima.

3.2. Os veículos somente serão aceitos se atendidos os quesitos constantes no Termo de Inspeção Veicular.

4. EXECUÇÃO

4.1. Os veículos aprovados na vistoria serão posteriormente destacados pela CONTRATANTE para a execução do objeto nas localidades jurisdicionadas a cada Centralizadora.

5. LOCAL DA ALOCAÇÃO DOS VEÍCULOS

5.1. Conforme descrito no Termo de Referência.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) por meio de depósito bancário, conforme dados a seguir:

BANCO: BANCO DO BRASIL
AGÊNCIA: 4433-4
CONTA CORRENTE: 9.320-3



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO



Órgão
Delegado



7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da locação de veículos objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CONTÁBIL	
Conta Orçamentária	Descrição
339039	Locação de veículos

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A gestão deste Contrato será feita:

8.1.1 Por parte da CONTRATANTE:
ÁREA GESTORA OPERACIONAL: Setor de Transporte
TELEFONE: (96) 4009-5678

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente contratação tem como objeto a LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS, TIPO CAMINHONETE E VEÍCULO DE PASSEIO, COM OU SEM MOTORISTA E SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA USO MENSAL, COM CAPACIDADE DE CARGA DE 600KG E/OU 1.000KG, para serem utilizados no por este IPEM/AP, conforme especificação técnica e demais detalhes e condições constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período desta contratação.

2.2. Executar o objeto contratado de acordo com os prazos, as quantidades, Especificação Técnica, Comunicação Visual, licenciamento e respectivo pagamento de todas as taxas pertinentes e do seguro obrigatório, e demais condições estabelecidas neste instrumento.

2.3. Emitir documento fiscal da locação, discriminando no corpo das mesmas o período a que se refere a etapa/parcela, o local da locação, bem como destacar, se possível, o número e o objeto deste Contrato.

2.3.1. A CONTRATADA deverá emitir o(s) documento(s) fiscal(is) válido(s) com o mesmo CNPJ que consta neste Instrumento e na Proposta Econômica.

2.3.2. Caso a CONTRATADA possua mais de uma contratação com a CONTRATANTE, deverá emitir documentos fiscais distintos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ORGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO



Órgão
Delegado



2.4. Caso a CONTRATADA seja MICROEMPRESA-ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, optante do SIMPLES NACIONAL, fica condicionada na emissão dos documentos fiscais, inclusive os emitidos por meio eletrônico, a inutilização dos campos destinados à base de cálculo e ao imposto destacado, de obrigação própria, devendo constar, no campo destinado as informações complementares, ou, em sua falta, no corpo de documento, por qualquer meio gráfico indelével, as expressões: "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP PELO SIMPLES NACIONAL".

2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Instrumento, facultada a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes.

2.6. Reparar, corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos contratados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

2.7. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

2.8. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação.

2.8.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos acima, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta contratação.

2.9. Disponibilizar uma base de apoio na respectiva cidade centralizadora, com os recursos necessários ao suporte das locações a serem executadas (telefone, e-mail, veículo reserva, ponto de manutenção).

2.10. Locar à CONTRATANTE somente veículos que atendam às Especificações contidas neste Instrumento, em perfeitas condições de utilização, conservação, trafegabilidade, funcionamento e segurança, obedecendo a todas as exigências estabelecidas pelas legislações de trânsito e ambiental, entre outras.

2.10.1. A aceitação dos veículos estará condicionada à prévia vistoria e testes por parte da CONTRATANTE. No caso de rejeição, o veículo deverá ser substituído no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados após a comunicação da rejeição.

2.10.2. O plano de manutenção preventiva do veículo deverá estar em conformidade com as Especificações da montadora.



2.10.2.1. O prazo máximo para retirada dos veículos para execução dos planos de manutenção preventiva será de 24 (vinte e quatro) horas após o acionamento a ser realizado através de e-mail entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

2.10.2.2. Em caso de solicitação de manutenção preventiva, a CONTRATADA avaliará a real necessidade de intervenção. Em caso de recusa, a mesma assumirá os custos decorrentes de comprometimento do conjunto de componentes do veículo devido à ausência da intervenção solicitada pela CONTRATANTE.

2.10.2.3. Quando feita a comunicação pela CONTRATANTE para recolhimento de veículo para manutenção preventiva, deverá a CONTRATADA fornecer o veículo reserva no momento de retirada de veículo titular para revisão.

2.10.2.4. O prazo máximo para execução dos planos de manutenção preventiva não poderá exceder 02 (dois) dias úteis após a retirada do veículo na unidade da CONTRATANTE.

2.10.2.5. O prazo máximo para execução da manutenção corretiva não poderá exceder 05 (cinco) dias úteis após a retirada do veículo na unidade da CONTRATANTE.

2.11. Efetuar lavagem completa após cada revisão preventiva do veículo, cujos custos e empresa executante ficarão por conta da CONTRATADA.

2.12. Substituir o veículo, quando de sua paralisação, nos prazos abaixo definidos:

2.12.1. Prazo máximo de 02 (duas) horas para veículo avariado (pane mecânico-elétrica) ou acidentado, após a comunicação pelas unidades da CONTRATANTE na cidade Base de Apoio da CONTRATADA.

2.12.2. Prazo máximo de 03 (três) horas para veículo avariado (pane mecânico-elétrica) ou acidentado, após a comunicação pela unidade da CONTRATANTE nas demais cidades.

2.12.3. Com a necessária antecedência para o veículo que estiver com a sua cobertura de seguro, prazo de licenciamento vencido ou com a quilometragem dentro do período de revisão preventiva.

2.12.4. Os veículos substitutos poderão ser de cor branca, com afixação dos adesivos imantados nas portas dianteiras do veículo, respeitando a capacidade de carga e metros cúbicos estabelecidas na Especificação Técnica.

2.12.4.1. Caso o veículo seja retirado definitivamente ou venha a ficar indisponível por um período superior a 60 (sessenta) dias, a CONTRATADA deverá substituí-lo por modelo de mesma característica estabelecida na Especificação Técnica.

2.12.4.2. Não havendo substituição do veículo, por qualquer motivo, nos prazos acima previstos, fica resguardado à CONTRATADA o direito de utilizar-se de outros meios para execução do objeto contratado, sendo, neste caso, a locação considerada como não realizada, não cabendo, portanto, o faturamento, sujeitando-se ainda a CONTRATADA as penalidades previstas neste Instrumento.

2.14. Substituir o veículo locado, obrigatoriamente, quando este atingir a quilometragem e/ou idade máxima previstas na Especificação Técnica.

2.15 Disponibilizar os veículos para utilização da CONTRATANTE com o tanque de combustível completo, sendo estes devolvidos à CONTRATADA da mesma forma.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Fiscalizar a execução desta contratação e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis e necessárias ao melhor e fiel cumprimento das obrigações.

3.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme o cronograma previsto neste Instrumento.

3.3. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução do objeto desta contratação.

3.4 Fornecer todas as informações necessárias para emissão do documento fiscal.

3.5. Responsabilizar-se pelo abastecimento de combustível dos veículos locados.

3.6. Não sublocar nem emprestar os veículos disponibilizados pela CONTRATADA e somente entregá-los a condutores devidamente habilitados e qualificados.

3.7. Utilizar os veículos locados exclusivamente para transporte de objetos postais, obedecidas às disposições e finalidades de uso definidas no Certificado de Registro e dentro das especificações do fabricante do veículo.

3.8. Não processar nenhuma modificação nas características dos veículos, tampouco submetê-los a condições de desgaste excessivo.

3.9. Autorizar a CONTRATADA a inspecionar ou vistoriar os veículos quando for por esta solicitada.

3.10. Defender-se contra atos de terceiros e comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer ocorrências que, de fato, possam ameaçar a posse imediata ou o direito de propriedade do bem abrangido pelo presente Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ – IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE – INMETRO



3.11. Reembolsar à CONTRATADA o valor das multas relativas às infrações de trânsito aplicadas durante o período da locação do veículo, desde que apresentadas à CONTRATANTE em tempo hábil para eventuais contestações pelo condutor.

3.12. Reembolsar à CONTRATADA, em caso de perda do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) por parte do usuário, o valor das despesas referentes a reemissão desse documento. Tal ressarcimento deverá ser solicitado através de Nota de Débito emitido em nome da CONTRATANTE e a despesa comprovada através de guia de recolhimento de taxas e despesa com despachante.

3.13. Reembolsar à CONTRATADA, em caso de perda por parte do usuário, valor das despesas referentes à confecção de chave reserva para acionamento das portas e partida do veículo. Tal ressarcimento deverá ser solicitado através de Nota de Débito emitido em nome da CONTRATANTE e a despesa comprovada através de Nota Fiscal da empresa responsável pela locação.

3.14. Zelar pela adequada utilização do veículo e pelo respeito e observância às Leis de Trânsito.

3.15. Providenciar, imediatamente, junto às autoridades policiais competentes, o registro das ocorrências envolvendo o veículo locado, tais como acidentes, furto, roubo ou incêndio, fornecendo a necessária documentação instrutiva, bem como todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

3.15.1. Em caso de acidentes de trânsito em que houver comprovada culpa do condutor da CONTRATANTE através de Processo de Apuração Técnica Interna, a CONTRATANTE assumirá custos de recuperação em até R\$ 1.000,00 (um mil reais), corrigido a cada renovação contratual através do índice INPC/IBGE. O valor de ressarcimento será avaliado de acordo com as locações realizadas e média de preços praticados no mercado e, em caso de aprovação, a CONTRATADA será autorizada a emitir Nota de Crédito/Débito em nome da CONTRATANTE, apartada da nota fiscal relativa à locação.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS PREÇOS

4.1. Valor global: conforme disposto nas Condições Específicas deste Instrumento.

4.2. No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, rotulagem, embalagens e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados após a execução do objeto, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, conforme cronograma abaixo: Data de

Atesto da NF	Vencimento
01 a 05	Dia 25 do mesmo mês
06 a 10	Dia 27 do mesmo mês
11 a 17	Dia 30 do mesmo mês
18 a 25	Dia 18 do mês seguinte
26 a 31	Dia 23 do mês seguinte

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos:

5.1.3. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

5.1.4. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

5.1.5. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS no caso da CND; à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

5.1.6. Caso a locação seja recusada e/ou o documento fiscal apresente incorreção, a locação será considerado como não prestado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

5.1.7. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

5.1.8. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

5.1.9. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente.

5.1.10. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

5.1.11. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da locação definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

5.1.12. Não havendo expediente na CONTRATANTE no dia do pagamento ou outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.

5.2. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

5.3. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

5.4. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO

6.1. O primeiro reajuste será calculado pela variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário anual do Contrato. Os próximos reajustes ocorrerão sempre que decorridos 12 (doze) meses do último reajuste concedido, aplicando a variação do índice pactuado.

6.2. Para efeito da definição do índice a ser aplicado nos reajustes adotar-se-á a variação de custos definida pelo **IPCA/IBGE** que será aplicada no período do reajuste, observada a seguinte fórmula:, onde:

P > preço reajustado

v > preço atual do contrato

i1 > número-índice do mês anterior ao da data de aniversário do contrato

i0 > número-índice do mês anterior ao da data de apresentação da proposta ou do último reajuste conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

7.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

a) houver modificação do Projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Instrumento

7.1.2. Por acordo entre as partes, quando:

- a) necessária a modificação do modo e/ou do cronograma de execução do objeto, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação do objeto contratado;
- c) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da locação, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- d) conveniente à substituição da garantia de execução contratual, se for o caso.

7.2. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

7.2.1. **APOSTILAMENTO:** para as alterações que envolverem as seguintes situações:

- a) as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;
- b) o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.

7.2.2. **TERMO ADITIVO:** alterações não abrangidas pelo apostilamento, que ensejarem modificações deste Instrumento ou do seu valor.

7.3. Os Termos Aditivos ou Apostilas farão parte deste Instrumento, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal garantida a ampla defesa e o contraditório:

8.1.1. **Advertência:** será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, que não causem prejuízo à CONTRATANTE, podendo ser cumulada com a penalidade de multa.

8.1.2. **Multa:** aplicada nos seguintes casos:

8.1.2.1. **Multa de mora:**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ - IPEM/AP
ORGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE - INMETRO

Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1. e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2., sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O período de vigência do presente Contrato será de 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis, com início a partir da data de sua assinatura;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO-SEICOM
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAPÁ – IPEM/AP
ÓRGÃO DA REDE BRASILEIRA DE METROLOGIA LEGAL E QUALIDADE – INMETRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL

11.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 5.450/05 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

11.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato: o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA.


11.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

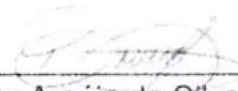
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

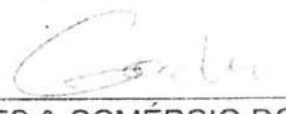
13.1 É competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Macapá/AP, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e CONTRATADAS assinam as partes o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Macapá-AP, 06 de dezembro de 2013.


Nilson José P. dos Santos
Diretor Presidente – IPEM-AP
Decreto nº 3433/2013


Bruno Heder Araújo da Silva Souza
Coordenador Administrativo e Financeiro
Decreto nº 4060/2013


CONSTUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA - EPP
CNPJ: 34.871.707/0001-95
Francisco de Assis Sá Gonçalves
CPF: 563.349402-44

TESTEMUNHAS:

1ª) _____
CPF: _____

2ª) _____
CPF: _____

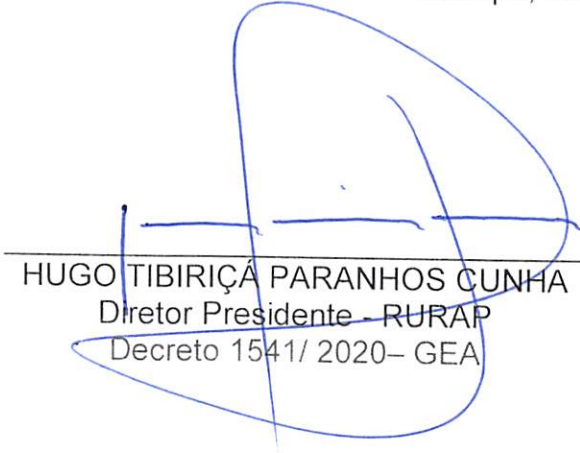


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos a pedido da interessada e para os devidos fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, previsto em Lei, junto a entidades de Direito Público (Federal, Estadual e Municipal) e Privado, que a Empresa AMAZÔNIA SERVIÇOS, inscrita no **CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1**, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, mantém Contrato de **Prestação de Serviços de natureza continuada de Limpeza, Conservação e Higienização** no Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, com o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego dos equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços nas suas dependências, sob o **Contrato de Nº 012/2016** e Vigência de 05/12/2016 a 09/12/2021.

Registramos, ainda que os serviços contratados, são executados de maneira satisfatória e de boa qualidade, vindo a empresa cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Macapá, 09 de setembro de 2021.


HUGO TIBIRIÇÁ PARANHOS CUNHA
Diretor Presidente - RURAP
Decreto 1541/ 2020- GEA

1

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

CONTRATO Nº 013/2013 – RURAP

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ
POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ –
RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-
EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E
FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR
DESCRITOS:**

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156., km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 0078 de 03 de janeiro de 2011, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº M-7.972.358-MG e do CPF Nº 964.807.266-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente **CONTRATO** fundamenta-se na legislação: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos e nas demais normas aplicáveis ao objeto deste Instrumento.

Processo Administrativo nº 37.0840/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto a contratação em caráter **EMERGENCIAL**, de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços contratados observará a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, previsto no art. 10, II, "a", da Lei nº. 8.666/93.

**CONTRATO Nº 013/2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para dar cumprimento aos serviços especificados, à contratada, empresa especializada, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, deverá colocar à disposição do RURAP, os serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial suficiente à execução do objeto conforme os seguintes dimensionamentos:

TABELA 1 – TIPO DE MÃO-DE-OBRA E QUANTITATIVOS

ITEM	TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant. Sede
01	SERVENTE	06
02	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01
03	COPEIRO	01
04	JARDINEIRO	03
Total Geral		11

TABELA 2 - TIPO DE MÃO - DE - OBRA E VALORES

TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant	PREÇO UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
SERVENTE	06	2.387,57	14.325,42	42.976,26
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01	2.675,45	2.675,45	8.026,35
JARDINEIRO	03	2.343,07	7.029,21	21.087,63
COPEIRO	01	2.345,46	2.345,46	7.036,38
TOTAL DOS VALORES MENSAL E GLOBAL			26.375,54	79.126,62

TABELA 3 - RELAÇÃO DE MATERIAL E UTENSÍLIOS DE LIMPEZA PRÉDIO SEDE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

Item	Descrição do Material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	22,00	22,00
2	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	28,00	28,00
3	CERA LIQUIDA INCOLOR, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	45,60	91,20
5	CERA LIQUIDA VERMELHA, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	45,60	45,60
6	DESINFETANTE, líquido a base de PINHO Caixa com 12-unidades.	Cx	02	43,20	86,40
7	DESODORANTE EM PEDRA, PARA USO EM VASO SANITÁRIO,	Und	100	1,50	150,00
8	DESODORIZADOR AMBIENTE SPRAY, Caixa com 12-unidades.	Cx	03	82,00	246,00
9	DETERGENTE, concentrado, multiuso para limpeza pesada, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	32,00	64,00
10	DETERGENTE LIMPA VIDRO, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	38,00	38,00
12	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO PARA LOUÇAS, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	12,00	12,00
13	ESPONJA DE LÃ DE AÇO,	Pct	30	1,90	57,00
14	ESPONJA DUPLA FACE, dimensão: 102 mm x 260 mm, lado, esponja abrasiva para limpeza pesada, Caixa com 30-unidades.	Cx	01	29,00	29,00
15	FLANELA, em 100% algodão,	Und	20	2,80	56,00
16	INSETICIDA, a base de água, em AEROSSOL, caixa com 12-unidades.	Cx	02	76,00	152,00
17	LUSTRA MOVEIS, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	48,00	96,00
18	LUVA, confeccionada em tecido extra reforçada, com superfície externa antiderrapante (na palma)	Par	06	3,50	21,00
19	LUVA de látex forrada, cano médio, uso doméstico, tamanho M, G.	Par	24	3,50	84,00

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

20	MASCARA, de uso doméstico	Und	36	1,00	36,00
21	ÓLEO DE PEROBA, Embalagem de 200 ml,	Und	07	4,70	32,90
23	PALHA DE AÇO, n. 02. Embalagem pacote contendo 1 (uma) unidade,	Pct	15	2,50	37,50
22	PANO DE CHÃO, tipo saco, 100% algodão, alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensões 70 x 50 cm e peso 100 g.	Und	40	5,80	232,00
23	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha dupla, fabricado com celulose virgem, não reciclado, isento de partículas lenhosas, metálicas, , fardo com 48-pacotes.	Fardo	02	76,00	152,00
24	PAPEL TOALHA EM ROLO, folha dupla absorvente, picotada, 100% fibras celulósicas virgem, dimensões 22 x 20, fardo com 12-pacotes.	Fardo	12	48,00	576,00
25	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, 02 dobras, branco, sem odor, textura com relevo sensível ao tato (gofrado), 100% fibra celulósica virgem, não reciclado, 22x27cm 2 dobras, gramatura mínima 29g/m². Embalagem: Pacote com 1000 folhas,	Pct	04	30,00	120,00
26	SABÃO EM BARRA, multiuso, para limpeza em geral, pacote com 1 Kg.	Pct	06	10,00	60,00
27	SABÃO EM PÓ, Caixa com 24-unidades.	Cx	01	67,20	67,20
28	SABONETE, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	12,00	24,00
29	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, na cor preta. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	Pct	02	45,00	90,00
30	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, , CAPACIDADE NOMINAL PARA 50 LITROS, na cor preta. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	pct	01	40,00	40,00
31	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE NOMINAL PARA 30 LITROS, Pacote com 100 Unidades	Pct	01	35,00	35,00
32	SAPONACEO, em pó, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	38,00	76,00
TOTAL					2.856,80

TABELA 4 - MATERIAL DE CONSUMO- TRIMESTRAL

Item	Discriminação do Material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.	ESCOVA, multiuso, para limpeza, com cerdas em nylon, base de madeira, dimensões 9 x 5 x 3 cm, com suporte plástico.	Unid.	7	2,87	20,09
2.	ESCOVA, para limpeza de vaso sanitário, em nylon.	Unid.	4	4,80	19,20
3.	RODO, para piso, com 02 (duas) borrachas, base em madeira comprimento 300 mm,	Unid.	7	5,50	38,50
4.	RODO, para piso, com 02 (duas) borrachas, base em madeira comprimento 600 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm,	Unid.	7	11,50	80,50
5.	VASSOURA, cerdas em piaçava, base retangular em madeira largura 220 mm,	Unid.	14	3,00	42,00
6.	VASSOURA, em pêlo, base retangular largura 220 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm,	Unid.	7	15,00	105,00
7.	VASSOURÃO, cerdas em piaçava, para gari, base retangular em madeira largura 37,5 cm, cabo em madeira comprimento 1100 mm,	Unid.	6	10,50	63,00
TOTAL					368,29

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DO RURAP, TENDO QUE ESTÁ A DISPOSIÇÃO NO RURAP.

Item	Discriminação do material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.	ANCINHO estampado com 2 mm de espessura, 14 dentes, olho de 23 mm de diâmetro e cabo de madeira de 120 cm,	und	3	20,00	60,00
2.	CARRINHO DE MÃO, capacidade para 90 litros, estrutura metálica, com pneu com câmara e caçamba metálica funda, Dimensões (L x A x P): 59 x 62 x 148 centímetros.	und	2	120,00	240,00
3.	CARRO COLETOR, para transporte de lixo c/ Tampacom capacidade para Litros: 430Lts.	und	1	590,00	590,00
4.	CARRO FUNCIONAL, modular para higiene e transporte de materiais, 13 kg, com acessórios inclusos: 01 Mop Líquido, 01 Mop Pó, 01 Pá coletora, 01 Placa de Sinalização, 01 balde espremedor 30Lts.	und	2	520,00	1.040,00
5.	ENCERADEIRA INDUSTRIAL, com disco de 500mm	und	1	1.800,00	1.800,00
6.	ENXADA estreita leve com olho de 38 mm e cabo de madeira de 150 cm.	und	3	25,00	75,00
7.	ESCADA de alumínio 7 degraus 1,98 m modelo residencial, c/ capacidade de carga: até 120 kg.	und	1	190,00	190,00
8.	ESCADA, extensível de alumínio 2 Lances, com 12 metros, com carga para 120kg.	und	1	450,00	450,00
9.	FACÃO, de 20 polegadas, lamina em aço carbono SAE 1070, com bainha.	und	3	40,00	120,00
10.	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 1.500 LIBRAS MONOFÁSICA, Pressão (lbs/pol²): 1500, Vazão: (l/h): 300, Potência do motor: (kw) 1,6, Garantia: 1 ano, Motor : Elétrico, Vazão : 300 l/h, Pressão : 1500 libras, com todos os acessórios.	und	1	700,00	700,00
11.	MANGUEIRA, de borracha flexível para jardim, de 50m ¾, c/ Suporte.	und	1	85,00	85,00
12.	PA, em aço-carbono especial temperado, com terminal em plástico no formato "D".	und	3	25,00	75,00
13.	PLACA, de sinalização de Piso Molhado.	und	4	23,50	94,00
14.	ROÇADEIRA lateral à gasolina 1,8 hp 30 cilindrada 2 tempos, Capacidade do depósito de combustível: 415 litros,	und	1	1.200,00	1.200,00
15.	TESOURA de poda cabo de madeira comprido 43 cm.	und	1	45,00	45,00
16.	VASSOURA para grama e jardim com cabo, c/ 22 palhetas de aço,	und	3	20,00	60,00
TOTAL					6.824,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados nos locais abaixo descritos:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Prédio Sede do RURAP	BR 156, km 02 – Bairro: São Lázaro

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício por quaisquer das partes, de direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará aqueles direitos ou

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e nem alterará as condições estipuladas neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete à **CONTRATADA** definir o tipo de operacionalização especializada, observadas as condições deste instrumento, a ser colocado à disposição do **CONTRATANTE**, visando atender às suas necessidades definidas neste instrumento. Por motivo de ordem técnica ou de interesse geral, a **CONTRATADA** poderá, sem ônus para o **CONTRATANTE**, promover modificações nas máquinas e equipamentos de sua propriedade, devendo a mesma manter a qualidade e eficiência dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:

I- DA CONTRATADA:

Na execução do objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, conforme descritos no **Edital do Processo de Dispensa de Licitação nº 37.0840/2013 – CPL/RURAP** e neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

4.1.1. Disponibilizar mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação das áreas internas e externas, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;

4.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

4.1.3. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para prestar os serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e demais exigências pertinentes à categoria, com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

4.1.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer a relação nominal dos empregados postos à disposição para a realização dos serviços, informando sobre a ocorrência de demissões e substituições.

4.1.5. Os encarregados da **CONTRATADA** deverão, prontamente, substituir os faltosos, e não poderá ocorrer o remanejamento dos serventes de outros prédios do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**. Havendo faltas justificadas dos empregados, como as definidas em lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, o controle da assiduidade será de responsabilidade da **CONTRATADA**, e a não substituição dos faltosos de forma imediata terá como consequência, além do desconto das horas ou dias não trabalhados, as penalidades definidas no contrato. O desconto das faltas será calculado pelo custo total do empregado, registrado na planilha de custo.

4.1.6. Os substitutos dos faltosos deverão apresentar documento individualizado de encaminhamento da **CONTRATADA**, contendo o seu nome e respectivo número do CPF. Este documento será retido na respectiva unidade da **CONTRATANTE**, com o objetivo de formalizar as substituições.

4.1.7. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados. A confirmação da frequência dos profissionais deverá ser efetuada pelo responsável pelo controle dos serviços na unidade da **CONTRATANTE**, através do cartão de frequência ou livro de registro de ponto, com acompanhamento do encarregado da **CONTRATADA**;

4.1.8. Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

4.1.9. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, máquina de lavar carpete, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do **CONTRATANTE**;

4.1.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas;

**CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

4.1.11. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;

4.1.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

4.1.13. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

4.1.14. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do CONTRATANTE;

4.1.15. Na realização de serviços de limpeza nas áreas de esquadrias externas - faces internas e externas, e fachadas envidraçadas - faces externas, deverá ser elaborado um cronograma de horário mensal, não se utilizando dos serventes de limpeza do turno correspondente disponibilizados para as áreas internas e externas dos prédios objeto deste termo de modo a não prejudicar o andamento dos serviços;

4.1.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. A CONTRATADA deverá distribuir nos sanitários, papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento, sendo que o estoque mínimo de todo o material relacionado neste termo corresponderá ao previsto para 30 (trinta) dias;

4.1.17. Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, materiais e dos equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços;

4.1.18. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

4.1.19. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

4.1.20. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.

4.1.21. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

4.1.22. Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

4.1.23. Cuidar para que o quantitativo de pessoas na guia de recolhimento do INSS e o valor da remuneração se igualem ao do registrado na folha de pagamento. Ocorrendo divergências, deverá ser formalizada a justificativa competente;

4.1.24. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos - quer humanos quer materiais - com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.

4.1.25. Proceder ao desconto decorrente dos apontamentos registrados no relatório mensal de acompanhamento do contrato (relativo ao período do controle), na Nota Fiscal de Serviços do mês de referência.

4.1.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

4.1.27. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, grave, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e fiscais;

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

4.1.28. Encaminhar bimestralmente, relatório técnico circunstanciado separado por endereço, das atividades realizadas em cada um dos prédios do CONTRATANTE;

4.1.29. Fornecer, sem ônus, aos seus empregados, uniformes em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, composto de calça ou saia, camisa ou camiseta, bata ou jaleco, meia e calçado, luva e bota antiderrapante, substituindo-os sempre que não atenderem às condições necessárias de segurança e apresentação. A empresa deverá fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.1.30. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, a partir da comprovação da responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estabelecido para cada situação, o CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo das sanções legais;

4.1.31. Apresentar juntamente com os originais da fatura, cópia da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS/FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, Guia da Previdência Social - GPS, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

4.1.32. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do presente instrumento, atendendo, com a diligência possível, às determinações da Fiscalização, voltadas ao saneamento de faltas e correção de irregularidades verificadas;

4.1.33. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos empregados;

4.1.34. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório;

4.1.35. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação em vigor, e;

4.1.36. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

4.1.37. Responsabilizar-se pela entrega integral mensal de todo material, sem ônus para o CONTRATANTE, exigido para a execução dos serviços, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes, sendo os mesmos sempre de 1ª qualidade;

II - DO CONTRATANTE:

Na execução do objeto do presente contrato, caberá ao CONTRATANTE:

4.2.1 Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através de servidor lotado na Unidade Administrativa da COAFI, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se referem este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços;

4.2.2 Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, ferramentas e equipamentos;

4.2.3 Prover os recursos necessários à completa execução do Contrato. Atestar através da Unidade Administrativa da COAFI as faturas correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento;

4.2.4 efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

4.2.5 receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas, a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias;

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

4.2.6 Controlar mensalmente, no caso dos serviços de limpeza, a realização dos serviços nas áreas de esquadrias externas – faces internas e externas, e fachadas envidraçadas – faces externas, por serventes que não estejam disponibilizados para a realização dos serviços da área interna e da área externa do prédio;

4.2.7 conferir, vistoriar e aprovar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, os materiais entregues pela CONTRATADA, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes;

4.2.8 A **Unidade Administrativa da COAFI** deverá elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela CONTRATADA), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês. O desempenho dos empregados da CONTRATADA e os serviços realizados deverão ser avaliados, e esta avaliação deverá ser encaminhada a Fiscalização para ciência até o quinto dia após o final do controle da frequência. As informações registradas e conciliadas darão origem aos descontos nas faturas mensais, com eventual penalização a ser aplicada à CONTRATADA;

4.2.9 Cuidar para que os empregados da CONTRATADA somente recebam ordens para a execução de tarefas, dos encarregados da empresa CONTRATADA, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas aos encarregados, que se incumbirão de tomar as providências cabíveis;

4.2.10 Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas no contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

4.2.11 Controlar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, a confirmação da frequência dos empregados da CONTRATADA com acompanhamento do encarregado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de R\$ 26.375,54 (Vinte e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Quatro Centavos). O valor global dos serviços para 03 (Três) meses importa a quantia de R\$ 79.126,62 (Setenta e Nove Mil, Cento e Vinte e Seis Reais e Sessenta e Dois Centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, no início de cada mês subsequente ao do fato gerador, Nota Fiscal de Serviços referente aos serviços executados, destacando os valores relativos ao fornecimento de material e mão-de-obra, em função da retenção de 11% (onze por cento) do valor relativo a parcela da mão-de-obra destacado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou, de 11% do valor bruto quando o valor de mão-de-obra não for destacado, e efetuará o recolhimento ao INSS até o dia 02 (dois) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o disposto no art. 31, da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.711/1998, regulamentado pelo art. 219 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 4.729/2003, e orientação técnica dada pela IN nº 03/2005 de 01/08/2005 do INSS. O CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal de Serviços não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento não aprovado pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados e demais obrigações decorrentes da execução do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA, correspondente ao valor mensal proposto e vigente, efetuando-se o mesmo, no máximo, em 10 (dez) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de Serviços pela **Unidade Administrativa da COAFI**, sendo que o pagamento referente ao mês de início da execução e o de

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

vencimento do contrato de serviços, será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos, conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito ou pendência de qualquer natureza com o CONTRATANTE;
- c) verificação de débitos junto a órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Fiscalizadores da Classe.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA para fazer jus ao pagamento de que trata o caput, deverá fazer prova do recolhimento mensal do INSS, FGTS e da liquidação da Folha de Pagamento de Empregados referente a última competência vencida, bem como da regularidade com as obrigações sociais através da apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, dentro dos seus prazos de validade.

PARÁGRAFO SEXTO - As comprovações de que trata o parágrafo anterior, no caso da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, deverão corresponder ao período de execução e, no caso da Folha de Pagamento, deverá corresponder à mão-de-obra alocada para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, bem como ao período de execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fará jus à atualização financeira do valor a ser pago, caso o pagamento ocorra após o prazo avençado no caput, contado o período para atualização da data final do adimplemento até a data do efetivo pagamento, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

I = Índice de atualização financeira = 0,01644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,01644$$

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, caso estejam vinculado às datas-base destes instrumentos. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, se houver, do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, devendo ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

CONTRATO Nº 013/2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

- II - as particularidades do contrato em vigência;
 III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
 IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
 V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

O novo valor contratual decorrente de repactuação poderá ser concedido, exclusivamente, com data anterior, quando esta envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 03 (Três) meses, contado da data de sua assinatura, a partir de 15 de Junho de 2013 a 15 de Setembro de 2013, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).

Não obstante o prazo inicial estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente instrumento estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.39, Programa de Trabalho: 2298

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução das atividades contratuais ora pactuadas será acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE especialmente designado para esse fim, lotado na COAFI / RURAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1 O servidor designado para fiscalizar o contrato, anotará em registro próprio as ocorrências de qualquer natureza verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;

9.2 Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção dessa medida, garantida a ampla defesa à CONTRATADA;

9.3 Para o cumprimento das suas atribuições, a Fiscalização disporá de uma cópia do contrato e de seus aditivos, e de uma cópia da planilha de custo apresentada pela empresa e das repactuações de preços, se houver, para que, no caso de haver necessidade de serem verificados os descontos de dias ou horas

[Assinatura]
[Assinatura]

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

trabalhados, possa elaborar os respectivos cálculos, bem como calcular os valores referentes às penalidades previstas no contrato, que deverão ser submetidas à aprovação final da Administração;

9.4 Ocorrendo descontos de faltas e dias não trabalhados, estes descontos deverão estar registrados em relatório a ser encaminhado à empresa, que deverá ter condições de defesa prévia;

9.5 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.6 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da CONTRATADA disponibilizados para o serviço, para comprovar o registro de função e, se o salário está em conformidade com a proposta escrita;

9.7 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam em conformidade com as especificações e normas técnicas, ou ainda, que não atendam as necessidades do objeto;

9.8 Executar mensalmente a verificação dos serviços em conformidade com o instrumento contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

9.9 Elaborar o relatório de acompanhamento mensal do contrato, de maneira concisa e clara, de forma que não paire dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas, definindo-se, quando possível, o cálculo do desconto das horas ou dias não trabalhados pelos empregados da CONTRATADA, como também as penalidades aplicadas à CONTRATADA nos termos do contrato, e;

9.10 Informar à empresa CONTRATADA, com base no relatório, a respeito de fatos e atos em desacordo com os termos do edital e do contrato para que proceda, se for o caso, ao desconto na Nota Fiscal de Serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

As obrigações resultantes do presente contrato deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executado o objeto contratual, será ele recebido no prazo máximo de até 5 (cinco) dias em conformidade com as disposições pertinentes a este instrumento, contidas nos arts. 73, I, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

**CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**

[Assinatura]

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

a)- advertência;

b)- multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, devidamente atualizado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d)- multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, nos casos de inexecução total e de, já tendo a CONTRATADA sofrido punição na forma prevista no item anterior, vir ela a cometer igual falha, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis;

e)- ficar impedida de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas estipuladas nos itens "b", "c" e "d" do caput e demais cominações legais, se a CONTRATADA: não celebrar o contrato; apresentar documento falso ou fizer declaração falsa; ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão; não mantiver a proposta, injustificadamente; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento das mesmas no prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, constituem motivos para rescisão do presente contrato a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, amigável ou judicial conforme dispõe o art. 79 do diploma citado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a CONTRATADA cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução do serviço compreendido no escopo do presente contrato, o CONTRATANTE reserva-se o direito de adjudicar os serviços em questão à outra empresa de sua livre escolha, após comunicação por escrito à CONTRATADA, sendo certo que a CONTRATADA arcará com todas as despesas daí decorrentes.

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

CONTRATO Nº 013/2013 – RURAP

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 0078 de 03 de janeiro de 2011, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº M-7.972.358-MG e do CPF Nº 964.807.266-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente **CONTRATO** fundamenta-se na legislação: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos e nas demais normas aplicáveis ao objeto deste Instrumento.

Processo Administrativo nº 37.0840/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto a contratação em caráter **EMERGENCIAL**, de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços contratados observará a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, previsto no art. 10, II, "a", da Lei nº. 8.666/93.

CONTRATO Nº 013/2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para dar cumprimento aos serviços especificados, à contratada, empresa especializada, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, deverá colocar à disposição do RURAP, os serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial suficiente à execução do objeto conforme os seguintes dimensionamentos:

TABELA 1 – TIPO DE MÃO-DE-OBRA E QUANTITATIVOS

ITEM	TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant. Sede
01	SERVENTE	06
02	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01
03	COPEIRO	01
04	JARDINEIRO	03
Total Geral		11

TABELA 2 - TIPO DE MÃO - DE - OBRA E VALORES

TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant	PREÇO UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
SERVENTE	06	2.387,57	14.325,42	42.976,26
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01	2.675,45	2.675,45	8.026,35
JARDINEIRO	03	2.343,07	7.029,21	21.087,63
COPEIRO	01	2.345,46	2.345,46	7.036,38
TOTAL DOS VALORES MENSAL E GLOBAL			26.375,54	79.126,62

TABELA 3 - RELAÇÃO DE MATERIAL E UTENSÍLIOS DE LIMPEZA PRÉDIO SEDE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

Item	Descrição do Material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ÁGUA SANITÁRIA, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	22,00	22,00
2	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	28,00	28,00
3	CERA LIQUIDA INCOLOR, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	45,60	91,20
5	CERA LIQUIDA VERMELHA, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	45,60	45,60
6	DESINFETANTE, líquido a base de PINHO Caixa com 12-unidades.	Cx	02	43,20	86,40
7	DESODORANTE EM PEDRA, PARA USO EM VASO SANITÁRIO,	Und	100	1,50	150,00
8	DESODORIZADOR AMBIENTE SPRAY, Caixa com 12-unidades.	Cx	03	82,00	246,00
9	DETERGENTE, concentrado, multiuso para limpeza pesada, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	32,00	64,00
10	DETERGENTE LIMPA VIDRO, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	38,00	38,00
12	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO PARA LOUÇAS, Caixa com 12-unidades.	Cx	01	12,00	12,00
13	ESPONJA DE LÃ DE AÇO,	Pct	30	1,90	57,00
14	ESPONJA DUPLA FACE, dimensão: 102 mm x 260 mm, lado, esponja abrasiva para limpeza pesada, Caixa com 30-unidades.	Cx	01	29,00	29,00
15	FLANELA, em 100% algodão,	Und	20	2,80	56,00
16	INSETICIDA, a base de água, em AEROSSOL, caixa com 12-unidades.	Cx	02	76,00	152,00
17	LUSTRA MÓVEIS, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	48,00	96,00
18	LUVA, confeccionada em tecido extra reforçada, com superfície externa antiderrapante (na palma)	Par	06	3,50	21,00
19	LUVA de látex forrada, cano médio, uso doméstico, tamanho M, G,	Par	24	3,50	84,00

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

20	MASCARA, de uso doméstico	Und	36	1,00	36,00
21	ÓLEO DE PEROBA, Embalagem de 200 ml,	Und	07	4,70	32,90
23	PALHA DE AÇO, n. 02. Embalagem pacote contendo 1 (uma) unidade,	Pct	15	2,50	37,50
22	PANO DE CHAO, tipo saco, 100% algodão, alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensões 70 x 50 cm e peso 100 g,	Und	40	5,80	232,00
23	PAPEL HIGIÊNICO, neutro, folha dupla, fabricado com celulose virgem, não reciclado, isento de partículas lenhosas, metálicas, , fardo com 48-pacotes.	Fardo	02	76,00	152,00
24	PAPEL TOALHA EM ROLO, folha dupla absorvente, picotada, 100% fibras celulósica virgem, dimensões 22 x 20, fardo com 12-pacotes.	Fardo	12	48,00	576,00
25	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, 02 dobras, branco, sem odor, textura com relevo sensível ao tato (gofrado), 100% fibra celulósica virgem, não reciclado, 22x27cm 2 dobras, gramatura mínima 29g/m² Embalagem: Pacote com 1000 folhas,	Pct	04	30,00	120,00
26	SABAO EM BARRA, multiuso, para limpeza em geral, pacote com 1 Kg.	Pct	06	10,00	60,00
27	SABAO EM PÓ, Caixa com 24-unidades.	Cx	01	67,20	67,20
28	SABONETE, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	12,00	24,00
29	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE NOMINAL PARA 100 LITROS, na cor preta. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	Pct	02	45,00	90,00
30	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, , CAPACIDADE NOMINAL PARA 50 LITROS, na cor preta. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	pct	01	40,00	40,00
31	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO, CAPACIDADE NOMINAL PARA 30 LITROS, Pacote com 100 Unidades	Pct	01	35,00	35,00
32	SAPONACEO, em pó, Caixa com 12-unidades.	Cx	02	38,00	76,00
TOTAL					2.856,80

TABELA 4 - MATERIAL DE CONSUMO- TRIMESTRAL

Item	Discriminação do Material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.	ESCOVA, multiuso, para limpeza, com cerdas em nylon, base de madeira, dimensões 9 x 5 x 3 cm, com suporte plástico.	Unid.	7	2,87	20,09
2.	ESCOVA, para limpeza de vaso sanitário, em nylon.	Unid.	4	4,80	19,20
3.	RODO, para piso, com 02 (duas) borrachas, base em madeira comprimento 300 mm,	Unid.	7	5,50	38,50
4.	RODO, para piso, com 02 (duas) borrachas, base em madeira comprimento 600 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm,	Unid.	7	11,50	80,50
5.	VASSOURA, cerdas em piaçava, base retangular em madeira largura 220 mm,	Unid.	14	3,00	42,00
6.	VASSOURA, em pêlo, base retangular largura 220 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm,	Unid.	7	15,00	105,00
7.	VASSOURÃO, cerdas em piaçava, para gari, base retangular em madeira largura 37,5 cm, cabo em madeira comprimento 1100 mm,	Unid.	6	10,50	63,00
TOTAL					368,29

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS/UTENSÍLIOS DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DO CONTRATO DO RURAP, TENDO QUE ESTÁ A DISPOSIÇÃO NO RURAP.

Item	Discriminação do material	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1.	ANCINHO estampado com 2 mm de espessura, 14 dentes, olho de 23 mm de diâmetro e cabo de madeira de 120 cm,	und	3	20,00	60,00
2.	CARRINHO DE MÃO, capacidade para 90 litros, estrutura metálica, com pneu com câmara e caçamba metálica funda, Dimensões (L x A x P): 59 x 62 x 148 centímetros.	und	2	120,00	240,00
3.	CARRO COLETOR, para transporte de lixo c/ Tampacom capacidade para Litros: 430Lts.	und	1	590,00	590,00
4.	CARRO FUNCIONAL, modular para higiene e transporte de materiais, 13 kg, com acessórios inclusos: 01 Mop Liquido, 01 Mop Pó, 01 Pá coletora, 01 Placa de Sinalização, 01 balde espremedor 30Lts.	und	2	520,00	1.040,00
5.	ENCERADEIRA INDUSTRIAL, com disco de 500mm	und	1	1.800,00	1.800,00
6.	ENXADA estreita leve com olho de 38 mm e cabo de madeira de 150 cm.	und	3	25,00	75,00
7.	ESCADA de alumínio 7 degraus 1,98 m modelo residencial, c/ capacidade de carga: até 120 kg.	und	1	190,00	190,00
8.	ESCADA, extensível de alumínio 2 Lances, com 12 metros, com carga para 120kg.	und	1	450,00	450,00
9.	FACÃO, de 20 polegadas, lamina em aço carbono SAE 1070, com bainha.	und	3	40,00	120,00
10.	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO 1.500 LIBRAS MONOFÁSICA, Pressão (lbs/pol²): 1500, Vazão: (l/h): 300, Potência do motor: (kw) 1,6, Garantia: 1 ano, Motor : Elétrico, Vazão : 300 l/h, Pressão : 1500 libras, com todos os acessórios.	und	1	700,00	700,00
11.	MANGUEIRA, de borracha flexível para jardim, de 50m ¾, c/ Suporte.	und	1	85,00	85,00
12.	PÁ, em aço-carbono especial temperado, com terminal em plástico no formato "D".	und	3	25,00	75,00
13.	PLACA, de sinalização de Piso Molhado.	und	4	23,50	94,00
14.	ROÇADEIRA lateral à gasolina 1,8 hp 30 cilindrada 2 tempos, Capacidade do depósito de combustível: 415 litros,	und	1	1.200,00	1.200,00
15.	TESOURA de poda cabo de madeira comprido 43 cm.	und	1	45,00	45,00
16.	VASSOURA para grama e jardim com cabo, c/ 22 palhetas de aço,	und	3	20,00	60,00
TOTAL					6.824,00

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados nos locais abaixo descritos:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Prédio Sede do RURAP	BR 156, km 02 – Bairro: São Lázaro

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício por quaisquer das partes, de direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará aqueles direitos ou

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e nem alterará as condições estipuladas neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete à **CONTRATADA** definir o tipo de operacionalização especializada, observadas as condições deste instrumento, a ser colocado à disposição do **CONTRATANTE**, visando atender às suas necessidades definidas neste instrumento. Por motivo de ordem técnica ou de interesse geral, a **CONTRATADA** poderá, sem ônus para o **CONTRATANTE**, promover modificações nas máquinas e equipamentos de sua propriedade, devendo a mesma manter a qualidade e eficiência dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:

I- DA CONTRATADA:

Na execução do objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, conforme descritos no **Edital do Processo de Dispensa de Licitação nº 37.0840/2013 – CPL/RURAP** e neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

4.1.1. Disponibilizar mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação das áreas internas e externas, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;

4.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

4.1.3. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para prestar os serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e demais exigências pertinentes à categoria, com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

4.1.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer a relação nominal dos empregados postos à disposição para a realização dos serviços, informando sobre a ocorrência de demissões e substituições.

4.1.5. Os encarregados da **CONTRATADA** deverão, prontamente, substituir os faltosos, e não poderá ocorrer o remanejamento dos serventes de outros prédios do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**. Havendo faltas justificadas dos empregados, como as definidas em lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, o controle da assiduidade será de responsabilidade da **CONTRATADA**, e a não substituição dos faltosos de forma imediata terá como consequência, além do desconto das horas ou dias não trabalhados, as penalidades definidas no contrato. O desconto das faltas será calculado pelo custo total do empregado, registrado na planilha de custo.

4.1.6. Os substitutos dos faltosos deverão apresentar documento individualizado de encaminhamento da **CONTRATADA**, contendo o seu nome e respectivo número do CPF. Este documento será retido na respectiva unidade da **CONTRATANTE**, com o objetivo de formalizar as substituições.

4.1.7. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados. A confirmação da frequência dos profissionais deverá ser efetuada pelo responsável pelo controle dos serviços na unidade da **CONTRATANTE**, através do cartão de frequência ou livro de registro de ponto, com acompanhamento do encarregado da **CONTRATADA**;

4.1.8. Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

4.1.9. Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, máquina de lavar carpete, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do **CONTRATANTE**;

4.1.10. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas;

Handwritten signature and initials

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

- 4.1.11. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;
- 4.1.12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- 4.1.13. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- 4.1.14. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do CONTRATANTE;
- 4.1.15. Na realização de serviços de limpeza nas áreas de esquadrias externas - faces internas e externas, e fachadas envidraçadas - faces externas, deverá ser elaborado um cronograma de horário mensal, não se utilizando dos serventes de limpeza do turno correspondente disponibilizados para as áreas internas e externas dos prédios objeto deste termo de modo a não prejudicar o andamento dos serviços;
- 4.1.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. A CONTRATADA deverá distribuir nos sanitários, papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento, sendo que o estoque mínimo de todo o material relacionado neste termo corresponderá ao previsto para 30 (trinta) dias;
- 4.1.17. Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, materiais e dos equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços;
- 4.1.18. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;
- 4.1.19. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.
- 4.1.20. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.
- 4.1.21. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 4.1.22. Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;
- 4.1.23. Cuidar para que o quantitativo de pessoas na guia de recolhimento do INSS e o valor da remuneração se igualem ao do registrado na folha de pagamento. Ocorrendo divergências, deverá ser formalizada a justificativa competente;
- 4.1.24. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos - quer humanos quer materiais - com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução.
- 4.1.25. Proceder ao desconto decorrente dos apontamentos registrados no relatório mensal de acompanhamento do contrato (relativo ao período do controle), na Nota Fiscal de Serviços do mês de referência.
- 4.1.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 4.1.27. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, grave, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e fiscais;



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

4.1.28. Encaminhar bimestralmente, relatório técnico circunstanciado separado por endereço, das atividades realizadas em cada um dos prédios do CONTRATANTE;

4.1.29. Fornecer, sem ônus, aos seus empregados, uniformes em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, composto de calça ou saia, camisa ou camiseta, bata ou jaleco, meia e calçado, luva e bota antiderrapante, substituindo-os sempre que não atenderem às condições necessárias de segurança e apresentação. A empresa deverá fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.1.30. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, a partir da comprovação da responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estabelecido para cada situação, o CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo das sanções legais;

4.1.31. Apresentar juntamente com os originais da fatura, cópia da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS/FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

4.1.32. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do presente instrumento, atendendo, com a diligência possível, às determinações da Fiscalização, voltadas ao saneamento de faltas e correção de irregularidades verificadas;

4.1.33. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos empregados;

4.1.34. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório;

4.1.35. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação em vigor, e;

4.1.36. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

4.1.37. Responsabilizar-se pela entrega integral mensal de todo material, sem ônus para o CONTRATANTE, exigido para a execução dos serviços, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes, sendo os mesmos sempre de 1ª qualidade;

II - DO CONTRATANTE:

*Na execução do objeto do presente contrato, caberá ao **CONTRATANTE**:*

4.2.1 Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através de servidor lotado na Unidade Administrativa da COAFI, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se referem este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços;

4.2.2 Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, ferramentas e equipamentos;

4.2.3 Prover os recursos necessários à completa execução do Contrato. Atestar através da Unidade Administrativa da COAFI as faturas correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento;

4.2.4 efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

4.2.5 receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas, a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias;

**CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**

[Assinatura manuscrita]
Cruz



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

4.2.6 Controlar mensalmente, no caso dos serviços de limpeza, a realização dos serviços nas áreas de esquadrias externas – faces internas e externas, e fachadas envidraçadas – faces externas, por serventes que não estejam disponibilizados para a realização dos serviços da área interna e da área externa do prédio;

4.2.7 conferir, vistoriar e aprovar através da Unidade Administrativa da COAFI, os materiais entregues pela CONTRATADA, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes;

4.2.8 A Unidade Administrativa da COAFI deverá elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela CONTRATADA), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês. O desempenho dos empregados da CONTRATADA e os serviços realizados deverão ser avaliados, e esta avaliação deverá ser encaminhada a Fiscalização para ciência até o quinto dia após o final do controle da frequência. As informações registradas e conciliadas darão origem aos descontos nas faturas mensais, com eventual penalização a ser aplicada à CONTRATADA;

4.2.9 Cuidar para que os empregados da CONTRATADA somente recebam ordens para a execução de tarefas, dos encarregados da empresa CONTRATADA, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas aos encarregados, que se incumbirão de tomar as providências cabíveis;

4.2.10 Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas no contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

4.2.11 Controlar através da Unidade Administrativa da COAFI, a confirmação da frequência dos empregados da CONTRATADA com acompanhamento do encarregado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de R\$ 26.375,54 (Vinte e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Quatro Centavos). O valor global dos serviços para 03 (Três) meses importa a quantia de R\$ 79.126,62 (Setenta e Nove Mil, Cento e Vinte e Seis Reais e Sessenta e Dois Centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, no início de cada mês subsequente ao do fato gerador, Nota Fiscal de Serviços referente aos serviços executados, destacando os valores relativos ao fornecimento de material e mão-de-obra, em função da retenção de 11% (onze por cento) do valor relativo a parcela da mão-de-obra destacado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou, de 11% do valor bruto quando o valor de mão-de-obra não for destacado, e efetuará o recolhimento ao INSS até o dia 02 (dois) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o disposto no art. 31, da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.711/1998, regulamentado pelo art. 219 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 4.729/2003, e orientação técnica dada pela IN nº 03/2005 de 01/08/2005 do INSS. O CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal de Serviços não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento não aprovado pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados e demais obrigações decorrentes da execução do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA, correspondente ao valor mensal proposto e vigente, efetuando-se o mesmo, no máximo, em 10 (dez) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de Serviços pela Unidade Administrativa da COAFI, sendo que o pagamento referente ao mês de início da execução e o de

[Assinatura]
Coutinho

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

vencimento do contrato de serviços, será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos, conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito ou pendência de qualquer natureza com o CONTRATANTE;
- c) verificação de débitos junto a órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Fiscalizadores da Classe.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA para fazer jus ao pagamento de que trata o caput, deverá fazer prova do recolhimento mensal do INSS, FGTS e da liquidação da Folha de Pagamento de Empregados referente a última competência vencida, bem como da regularidade com as obrigações sociais através da apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, dentro dos seus prazos de validade.

PARÁGRAFO SEXTO - As comprovações de que trata o parágrafo anterior, no caso da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, deverão corresponder ao período de execução e, no caso da Folha de Pagamento, deverá corresponder à mão-de-obra alocada para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, bem como ao período de execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fará jus à atualização financeira do valor a ser pago, caso o pagamento ocorra após o prazo avençado no caput, contado o período para atualização da data final do adimplemento até a data do efetivo pagamento, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

I = Índice de atualização financeira = 0,01644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,01644$$

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, caso estejam vinculado às datas-base destes instrumentos. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, se houver, do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, devendo ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

CONTRATO Nº 013/2013 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

O novo valor contratual decorrente de repactuação poderá ser concedido, exclusivamente, com data anterior, quando esta envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 03 (Três) meses, contado da data de sua assinatura, a partir de 15 de Junho de 2013 a 15 de Setembro de 2013, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).

Não obstante o prazo inicial estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente instrumento estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.39, Programa de Trabalho: 2298

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução das atividades contratuais ora pactuadas será acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE especialmente designado para esse fim, lotado na COAFI / RURAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1 O servidor designado para fiscalizar o contrato, anotará em registro próprio as ocorrências de qualquer natureza verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;

9.2 Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção dessa medida, garantida a ampla defesa à CONTRATADA;

9.3 Para o cumprimento das suas atribuições, a Fiscalização disporá de uma cópia do contrato e de seus aditivos, e de uma cópia da planilha de custo apresentada pela empresa e das repactuações de preços, se houver, para que, no caso de haver necessidade de serem verificados os descontos de dias ou horas não

[Assinatura]
Coca

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

trabalhados, possa elaborar os respectivos cálculos, bem como calcular os valores referentes às penalidades previstas no contrato, que deverão ser submetidas à aprovação final da Administração;

9.4 Ocorrendo descontos de faltas e dias não trabalhados, estes descontos deverão estar registrados em relatório a ser encaminhado à empresa, que deverá ter condições de defesa prévia;

9.5 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.6 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da CONTRATADA disponibilizados para o serviço, para comprovar o registro de função e, se o salário está em conformidade com a proposta escrita;

9.7 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam em conformidade com as especificações e normas técnicas, ou ainda, que não atendam as necessidades do objeto;

9.8 Executar mensalmente a verificação dos serviços em conformidade com o instrumento contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

9.9 Elaborar o relatório de acompanhamento mensal do contrato, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas, definindo-se, quando possível, o cálculo do desconto das horas ou dias não trabalhados pelos empregados da CONTRATADA, como também as penalidades aplicadas à CONTRATADA nos termos do contrato, e;

9.10 Informar à empresa CONTRATADA, com base no relatório, a respeito de fatos e atos em desacordo com os termos do edital e do contrato para que proceda, se for o caso, ao desconto na Nota Fiscal de Serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

As obrigações resultantes do presente contrato deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executado o objeto contratual, será ele recebido no prazo máximo de até 5 (cinco) dias em conformidade com as disposições pertinentes a este instrumento, contidas nos arts. 73, I, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

Handwritten signature and initials.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

- a)- advertência;
- b)- multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, devidamente atualizado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
- c) - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- d)- multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, nos casos de inexecução total e de, já tendo a **CONTRATADA** sofrido punição na forma prevista no item anterior, vir ela a cometer igual falha, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis;
- e)- ficar impedida de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas estipuladas nos itens "b", "c" e "d" do caput e demais cominações legais, se a **CONTRATADA**: não celebrar o contrato; apresentar documento falso ou fizer declaração falsa; ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão; não mantiver a proposta, injustificadamente; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento das mesmas no prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, constituem motivos para rescisão do presente contrato a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, amigável ou judicial conforme dispõe o art. 79 do diploma citado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece o direito do **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;
- c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução do serviço compreendido no escopo do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de adjudicar os serviços em questão à outra empresa de sua livre escolha, após comunicação por escrito à **CONTRATADA**, sendo certo que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas daí decorrentes.

Handwritten signature and initials

1

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2013 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR
INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ -
RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-
EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E
FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR
DESCRITOS:**

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu **Diretor Presidente Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES**, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 0078 de 03 de janeiro de 2011, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº M-7.972.358-MG e do CPF Nº 964.807.266-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo **Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº 99, bairro Beirrol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO** fundamenta-se na legislação Artigo 24, Inciso IV da Lei nº. 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos e nas demais normas aplicáveis ao objeto deste Instrumento.

Processo Administrativo nº 37.0840/2013

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento visa dar continuidade por mais 03 (três) meses o Contrato nº 013/2013, cujo objeto é a contratação em caráter **EMERGENCIAL**, de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2013 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL -RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

[Assinatura]
[Assinatura]

2

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

equipamentos e ferramentas, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Pelo presente **TERMO ADITIVO**, as partes identificadas no pórtico do Contrato original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alterada a **CLÁUSULA CLÁUSULA SÉTIMA – Da Vigência**, que passa a vigorar com a redação a seguir descrita, mantidas as demais aqui não referidas, na forma em que se encontram redigidas e que neste ato e ocasião são totalmente ratificadas para os fins de direito:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo ao Contrato 013/2013, terá a vigência pelo período de **03 (Três) meses**, contado da data de sua assinatura, **a partir de 16 de setembro de 2013 a 14 de dezembro de 2013**, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente Termo Aditivo ao Contrato, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de **R\$ 26.375,54 (Vinte e Seis Mil, Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)**. O valor global dos serviços para 03 (Três) meses importa a quantia de **R\$ 79.126,62 (Setenta e Nove Mil, Cento e Vinte e Seis Reais e Sessenta e Dois Centavos)**.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa de que trata o objeto deste instrumento, constam no orçamento do RURAP, através da: **Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.39, Programa de Trabalho: 2298**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 0078 de 03 de janeiro de 2011, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº M-7.972.358-MG e do CPF Nº 964.807.266-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beiril, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente CONTRATO fundamenta-se na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos. Pregão Eletrônico nº 001/2014, do tipo Menor Preço Global, .

Processo Administrativo nº 37.1883/2013..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços contratados observará a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, previsto no art. 10, II, "a", da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para dar cumprimento aos serviços especificados, à contratada, empresa especializada, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, deverá colocar à disposição do RURAP, os serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial suficiente à execução do objeto conforme os seguintes dimensionamentos:

TABELA 1 – TIPO DE MÃO-DE-OBRA E QUANTITATIVOS

ITEM	TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant. Sede
01	SERVENTE	08
02	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01
03	COPEIRO	01
04	OPERADOR DE MÁQUINAS COSTAL	01
Total Geral		11

TABELA 2 - TIPO DE MÃO - DE - OBRA E VALORES

TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant	PREÇO UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
SERVENTE	08	2.439,13	19.513,04	234.156,48
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01	2.558,96	2.558,96	30.707,52
COPEIRO	01	2.105,45	2.105,45	25.265,40
OPERADOR DE MÁQUINAS COSTAL	01	2.893,26	2.893,26	34.719,12
TOTAL DOS VALORES MENSAL E GLOBAL			27.070,71	324.848,52

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados nos locais abaixo descritos:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Prédio Sede do RURAP	BR 156, km 02 – Bairro: São Lázaro



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício por quaisquer das partes, de direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e nem alterará as condições estipuladas neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete à **CONTRATADA** definir o tipo de operacionalização especializada, observadas as condições deste instrumento, a ser colocado à disposição do **CONTRATANTE**, visando atender às suas necessidades definidas neste instrumento. Por motivo de ordem técnica ou de interesse geral, a **CONTRATADA** poderá, sem ônus para o **CONTRATANTE**, promover modificações nas máquinas e equipamentos de sua propriedade, devendo a mesma manter a qualidade e eficiência dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:

I- DA CONTRATADA:

Na execução do objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, conforme descritos no **Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2014, Processo Administrativo nº 37.1883/2013 – CPL/RURAP** e neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

4.1.1. Disponibilizar mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação das áreas internas e externas, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;

4.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

4.1.3. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para prestar os serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e demais exigências pertinentes à categoria, com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

4.1.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer a relação nominal dos empregados postos à disposição para a realização dos serviços, informando sobre a ocorrência de demissões e substituições;

4.1.5. Os encarregados da **CONTRATADA** deverão, prontamente, substituir os faltosos, e não poderá ocorrer o remanejamento dos serventes de outros prédios do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**. Havendo faltas justificadas dos empregados, como as definidas em lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, o controle da assiduidade será de responsabilidade da **CONTRATADA**, e a não substituição dos faltosos de forma imediata terá como consequência, além do desconto das horas ou dias não trabalhados, as penalidades definidas no contrato. O desconto das faltas será calculado pelo custo total do empregado, registrado na planilha de custo;

4.1.6. Os substitutos dos faltosos deverão apresentar documento individualizado de encaminhamento da **CONTRATADA**, contendo o seu nome e respectivo número do CPF.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Este documento será retido na respectiva unidade da CONTRATANTE, com o objetivo de formalizar as substituições;

4.1.7. *Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados. A confirmação da frequência dos profissionais deverá ser efetuada pelo responsável pelo controle dos serviços na unidade da CONTRATANTE, através do cartão de frequência ou livro de registro de ponto, com acompanhamento do encarregado da CONTRATADA;*

4.1.8. *Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;*

4.1.9. *Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, máquina de lavar carpete, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;*

4.1.10. *Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas;*

4.1.11. *Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;*

4.1.12. *Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;*

4.1.13. *Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;*

4.1.14. *Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do CONTRATANTE;*

4.1.15. *Na realização de serviços de limpeza nas áreas de esquadrias externas - faces internas e externas, e fachadas envidraçadas - faces externas, deverá ser elaborado um cronograma de horário mensal, não se utilizando dos serventes de limpeza do turno correspondente disponibilizados para as áreas internas e externas dos prédios objeto deste termo de modo a não prejudicar o andamento dos serviços;*

4.1.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. A CONTRATADA deverá distribuir nos sanitários, papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento, sendo que o estoque mínimo de todo o material relacionado neste termo corresponderá ao previsto para 30 (trinta) dias;*

4.1.17. *Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, materiais e dos equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços;*

4.1.18. *Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação, atividades essas da*



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

4.1.19. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

4.1.20. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.

4.1.21. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

4.1.22. Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

4.1.23. Cuidar para que o quantitativo de pessoas na guia de recolhimento do INSS e o valor da remuneração se igualem ao do registrado na folha de pagamento. Ocorrendo divergências, deverá ser formalizada a justificativa competente;

4.1.24. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução;

4.1.25. Proceder ao desconto decorrente dos apontamentos registrados no relatório mensal de acompanhamento do contrato (relativo ao período do controle), na Nota Fiscal de Serviços do mês de referência;

4.1.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

4.1.27. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, grave, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e fiscais;

4.1.28. Encaminhar bimestralmente, relatório técnico circunstanciado separado por endereço, das atividades realizadas em cada um dos prédios do CONTRATANTE;

4.1.29. Fornecer, sem ônus, aos seus empregados, uniformes em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, composto de calça ou saia, camisa ou camiseta, bata ou jaleco, meia e calçado, luva e bota antiderrapante, substituindo-os sempre que não atenderem às condições necessárias de segurança e apresentação. A empresa deverá fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.1.30. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, a partir da comprovação da responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estabelecido para cada situação, o CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo das sanções legais;

4.1.31. Apresentar juntamente com os originais da fatura, cópia da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS/FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.1.32. *Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do presente instrumento, atendendo, com a diligência possível, às determinações da Fiscalização, voltadas ao saneamento de faltas e correção de irregularidades verificadas;*

4.1.33. *Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos empregados;*

4.1.34. *Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório;*

4.1.35. *Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação em vigor,*

4.1.36. *Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.*

4.1.37. *Responsabilizar-se pela entrega integral mensal de todo material, sem ônus para o CONTRATANTE, exigido para a execução dos serviços, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes, sendo os mesmos sempre de 1ª qualidade.*

II - DO CONTRATANTE:

*Na execução do objeto do presente contrato, caberá ao **CONTRATANTE**:*

4.2.1 *Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através de servidor lotado na **Unidade Administrativa da COAFI**, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se referem este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços;*

4.2.2 *Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, ferramentas e equipamentos;*

4.2.3 *Prover os recursos necessários à completa execução do Contrato. Atestar através da **Unidade Administrativa da COAFI** as faturas correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento;*

4.2.4 *efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;*

4.2.5 *receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas, a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias;*

4.2.6 *Controlar mensalmente, no caso dos serviços de limpeza, a realização dos serviços nas áreas de esquadrias externas – faces internas e externas, e fachadas envidraçadas – faces externas, por serventes que não estejam disponibilizados para a realização dos serviços da área interna e da área externa do prédio;*

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

4.2.7 conferir, vistoriar e aprovar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, os materiais entregues pela CONTRATADA, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes;

4.2.8 A **Unidade Administrativa da COAFI** deverá elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela CONTRATADA), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês. O desempenho dos empregados da CONTRATADA e os serviços realizados deverão ser avaliados, e esta avaliação deverá ser encaminhada a Fiscalização para ciência até o quinto dia após o final do controle da frequência. As informações registradas e conciliadas darão origem aos descontos nas faturas mensais, com eventual penalização a ser aplicada à CONTRATADA;

4.2.9 Cuidar para que os empregados da CONTRATADA somente recebam ordens para a execução de tarefas, dos encarregados da empresa CONTRATADA, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas aos encarregados, que se incumbirão de tomar as providências cabíveis;

4.2.10 Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas no contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

4.2.11 Controlar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, a confirmação da frequência dos empregados da CONTRATADA com acompanhamento do encarregado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de **R\$ 27.070,71 (Vinte e Sete Mil, Setenta Reais e Setenta e Um Centavos)**. O valor global dos serviços para 12 (Doze) meses importa a quantia de **R\$ 324.848,52 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, no início de cada mês subsequente ao do fato gerador, Nota Fiscal de Serviços referente aos serviços executados, destacando os valores relativos ao fornecimento de material e mão-de-obra, em função da retenção de 11% (onze por cento) do valor relativo a parcela da mão-de-obra destacado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou, de 11% do valor bruto quando o valor de mão-de-obra não for destacado, e efetuará o recolhimento ao INSS até o dia 02 (dois) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o disposto no art. 31, da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.711/1998, regulamentado pelo art. 219 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 4.729/2003, e orientação técnica dada pela IN nº 03/2005 de 01/08/2005 do INSS. O CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal de Serviços não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento não aprovado pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados e demais obrigações decorrentes da execução do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA, correspondente ao valor mensal proposto e vigente, efetuando-se o mesmo, no máximo, em 10 (dez) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de Serviços pela Unidade Administrativa da COAFI, sendo que o pagamento referente ao mês de início da execução e o de vencimento do contrato de serviços, será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos, conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito ou pendência de qualquer natureza com o CONTRATANTE;
- c) verificação de débitos junto a órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Fiscalizadores da Classe.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA para fazer jus ao pagamento de que trata o caput, deverá fazer prova do recolhimento mensal do INSS, FGTS e da liquidação da Folha de Pagamento de Empregados referente a última competência vencida, bem como da regularidade com as obrigações sociais através da apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, dentro dos seus prazos de validade.

PARÁGRAFO SEXTO - As comprovações de que trata o parágrafo anterior, no caso da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS, deverão corresponder ao período de execução e, no caso da Folha de Pagamento, deverá corresponder à mão-de-obra alocada para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, bem como ao período de execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fará jus à atualização financeira do valor a ser pago, caso o pagamento ocorra após o prazo avençado no caput, contado o período para atualização da data final do adimplemento até a data do efetivo pagamento, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

I = Índice de atualização financeira = 0,01644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,01644$$

CONTRATO Nº 015/2014 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, caso estejam vinculado às datas-base destes instrumentos. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, se houver, do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, devendo ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

O novo valor contratual decorrente de repactuação poderá ser concedido, exclusivamente, com data anterior, quando esta envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

O **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 12 (Doze) meses, contado da data de sua assinatura, a partir de 15 de abril de 2014 a 15 de abril de 2015, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Não obstante o prazo inicial estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente instrumento estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: **Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.37, Programa de Trabalho: 2298**

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução das atividades contratuais ora pactuadas será acompanhada e fiscalizada por representante do **CONTRATANTE** especialmente designado para esse fim, lotado na COAFI / RURAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1 O servidor designado para fiscalizar o contrato, anotar em registro próprio as ocorrências de qualquer natureza verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;

9.2 Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção dessa medida, garantida a ampla defesa à CONTRATADA;

9.3 Para o cumprimento das suas atribuições, a Fiscalização disporá de uma cópia do contrato e de seus aditivos, e de uma cópia da planilha de custo apresentada pela empresa e das repactuações de preços, se houver, para que, no caso de haver necessidade de serem verificados os descontos de dias ou horas não trabalhados, possa elaborar os respectivos cálculos, bem como calcular os valores referentes às penalidades previstas no contrato, que deverão ser submetidas à aprovação final da Administração;

9.4 Ocorrendo descontos de faltas e dias não trabalhados, estes descontos deverão estar registrados em relatório a ser encaminhado à empresa, que deverá ter condições de defesa prévia;

9.5 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.6 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da CONTRATADA disponibilizados para o serviço, para comprovar o registro de função e, se o salário está em conformidade com a proposta escrita;

9.7 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam em conformidade com as especificações e normas técnicas, ou ainda, que não atendam as necessidades do objeto;

9.8 Executar mensalmente a verificação dos serviços em conformidade com o instrumento contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

9.9 Elaborar o relatório de acompanhamento mensal do contrato, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas, definindo-se, quando possível, o cálculo do desconto das horas ou dias não trabalhados pelos empregados da CONTRATADA, como também as penalidades aplicadas à CONTRATADA nos termos do contrato, e;

9.10 Informar à empresa CONTRATADA, com base no relatório, a respeito de fatos e atos em desacordo com os termos do edital e do contrato para que proceda, se for o caso, ao desconto na Nota Fiscal de Serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

As obrigações resultantes do presente contrato deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executado o objeto contratual, será ele recebido no prazo máximo de até 5 (cinco) dias em conformidade com as disposições pertinentes a este instrumento, contidas nos arts. 73, I, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a)- advertência;

b)- multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, devidamente atualizado,

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d)- multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, nos casos de inexecução total e de, já tendo a CONTRATADA sofrido punição na forma prevista no item anterior, vir ela a cometer igual falha, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis;

e)- ficar impedida de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas estipuladas nos itens "b", "c" e "d" do caput e demais cominações legais, se a CONTRATADA: não celebrar o contrato; apresentar documento falso ou fizer declaração falsa; ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão; não mantiver a proposta, injustificadamente; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento das mesmas no prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, constituem motivos para rescisão do presente contrato a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, amigável ou judicial conforme dispõe o art. 79 do diploma citado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Handwritten signature



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução do serviço compreendido no escopo do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de adjudicar os serviços em questão à outra empresa de sua livre escolha, após comunicação por escrito à **CONTRATADA**, sendo certo que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas daí decorrentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A utilização, pelo **CONTRATANTE**, do direito a ela assegurado no item anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do disposto no caput.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedada a subcontratação do objeto do presente contrato, não sendo permitida, outrossim, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) **Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2014-CPL/RURAP e demais anexos,**
- b) **Termo de Referência,e;**
- c) **Proposta Escrita da Contratada.**

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento e do Edital com as da proposta, fica desde logo estabelecido que prevalecerão sempre aquelas contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PESSOAL

O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá vínculo de qualquer natureza com o **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. Na eventual hipótese de vir o **CONTRATANTE** a ser demandado judicialmente a **CONTRATADA** o ressarcirá de todas e quaisquer despesas que, em decorrência, vier a ser condenado a pagar, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – a **CONTRATADA** deverá assumir a responsabilidade por todos os Encargos Sociais e Trabalhistas previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Macapá-AP, 15 de abril de 2014.

MAX ATÁLIBA FERREIRA PIRES
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE

FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) Daniela dos Santos Pereira
CPF: 682.344.502-92

2) [Signature]
CPF: 315.488.912-53

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. MAX ATALIBA FERREIRA PIRES, Engenheiro Agrônomo, nomeado pelo Decreto Estadual nº 0078 de 03 de janeiro de 2011, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº M-7.972.358-MG e do CPF Nº 964.807.266-34, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado como CONTRATADA a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beirrol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente CONTRATO fundamenta-se na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos. Pregão Eletrônico nº 001/2014, do tipo Menor Preço Global, .

Processo Administrativo nº 37.1883/2013..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços contratados observará a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, previsto no art. 10, II, "a", da Lei nº. 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para dar cumprimento aos serviços especificados, à contratada, empresa especializada, regularmente autorizada pelos órgãos competentes, deverá colocar à disposição do RURAP, os serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial suficiente à execução do objeto conforme os seguintes dimensionamentos:

TABELA 1 – TIPO DE MÃO-DE-OBRA E QUANTITATIVOS

ITEM	TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant. Sede
01	SERVENTE	08
02	ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01
03	COPEIRO	01
04	OPERADOR DE MÁQUINAS COSTAL	01
Total Geral		11

TABELA 2 - TIPO DE MÃO - DE - OBRA E VALORES

TIPO DE MÃO-DE-OBRA	Quant	PREÇO UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR GLOBAL
SERVENTE	08	2.439,13	19.513,04	234.156,48
ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS	01	2.558,96	2.558,96	30.707,52
COPEIRO	01	2.105,45	2.105,45	25.265,40
OPERADOR DE MÁQUINAS COSTAL	01	2.893,26	2.893,26	34.719,12
TOTAL DOS VALORES MENSAL E GLOBAL			27.070,71	324.848,52

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados nos locais abaixo descritos:

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Prédio Sede do RURAP	BR 156, km 02 – Bairro: São Lázaro



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício por quaisquer das partes, de direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra parte, não afetará aqueles direitos ou faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério e nem alterará as condições estipuladas neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete à **CONTRATADA** definir o tipo de operacionalização especializada, observadas as condições deste instrumento, a ser colocado à disposição do **CONTRATANTE**, visando atender às suas necessidades definidas neste instrumento. Por motivo de ordem técnica ou de interesse geral, a **CONTRATADA** poderá, sem ônus para o **CONTRATANTE**, promover modificações nas máquinas e equipamentos de sua propriedade, devendo a mesma manter a qualidade e eficiência dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:

I- DA CONTRATADA:

Na execução do objeto do presente contrato, a **CONTRATADA** disponibilizará os meios necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, conforme descritos no **Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2014, Processo Administrativo nº 37.1883/2013 – CPL/RURAP** e neste instrumento, ficando acordado que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do **CONTRATANTE** eximirá a **CONTRATADA** das suas responsabilidades provenientes do contrato, obrigando-se ainda a:

4.1.1. Disponibilizar mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza e conservação das áreas internas e externas, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados nos termos da legislação vigente;

4.1.2. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;

4.1.3. Disponibilizar empregados em quantidade necessária para prestar os serviços, uniformizados, portando crachá com foto recente, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e demais exigências pertinentes à categoria, com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

4.1.4. A **CONTRATADA** deverá fornecer a relação nominal dos empregados postos à disposição para a realização dos serviços, informando sobre a ocorrência de demissões e substituições;

4.1.5. Os encarregados da **CONTRATADA** deverão, prontamente, substituir os faltosos, e não poderá ocorrer o remanejamento dos serventes de outros prédios do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**. Havendo faltas justificadas dos empregados, como as definidas em lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, o controle da assiduidade será de responsabilidade da **CONTRATADA**, e a não substituição dos faltosos de forma imediata terá como consequência, além do desconto das horas ou dias não trabalhados, as penalidades definidas no contrato. O desconto das faltas será calculado pelo custo total do empregado, registrado na planilha de custo;

4.1.6. Os substitutos dos faltosos deverão apresentar documento individualizado de encaminhamento da **CONTRATADA**, contendo o seu nome e respectivo número do CPF.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Este documento será retido na respectiva unidade da CONTRATANTE, com o objetivo de formalizar as substituições;

4.1.7. *Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados. A confirmação da frequência dos profissionais deverá ser efetuada pelo responsável pelo controle dos serviços na unidade da CONTRATANTE, através do cartão de frequência ou livro de registro de ponto, com acompanhamento do encarregado da CONTRATADA;*

4.1.8. *Manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados ser substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;*

4.1.9. *Identificar todos os equipamentos, ferramental e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, máquina de lavar carpete, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;*

4.1.10. *Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira estruturada, mantendo durante o horário comercial suporte para dar atendimento a eventuais necessidades para manutenção das áreas limpas;*

4.1.11. *Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao preposto dos serviços do CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;*

4.1.12. *Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;*

4.1.13. *Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;*

4.1.14. *Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do CONTRATANTE;*

4.1.15. *Na realização de serviços de limpeza nas áreas de esquadrias externas - faces internas e externas, e fachadas envidraçadas - faces externas, deverá ser elaborado um cronograma de horário mensal, não se utilizando dos serventes de limpeza do turno correspondente disponibilizados para as áreas internas e externas dos prédios objeto deste termo de modo a não prejudicar o andamento dos serviços;*

4.1.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os saneantes domissanitários, materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação. A CONTRATADA deverá distribuir nos sanitários, papel higiênico, sabonete e papel toalha, de forma a garantir a manutenção de seu abastecimento, sendo que o estoque mínimo de todo o material relacionado neste termo corresponderá ao previsto para 30 (trinta) dias;*

4.1.17. *Observar conduta adequada na utilização dos saneantes domissanitários, materiais e dos equipamentos, objetivando correta higienização dos utensílios e das instalações objeto da prestação de serviços;*

4.1.18. *Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de atividades com produtos químicos controlados e da aplicação de saneantes domissanitários, nas áreas escopo dos trabalhos, quer seja em qualidade, em quantidade ou em destinação, atividades essas da*

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores;

4.1.19. Executar os serviços em horários que não interfiram no bom andamento da rotina de funcionamento da CONTRATANTE.

4.1.20. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações da CONTRATANTE.

4.1.21. Atender de imediato as solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

4.1.22. Apresentar quando solicitado os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;

4.1.23. Cuidar para que o quantitativo de pessoas na guia de recolhimento do INSS e o valor da remuneração se igualem ao do registrado na folha de pagamento. Ocorrendo divergências, deverá ser formalizada a justificativa competente;

4.1.24. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos – quer humanos quer materiais – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação da CONTRATANTE, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução;

4.1.25. Proceder ao desconto decorrente dos apontamentos registrados no relatório mensal de acompanhamento do contrato (relativo ao período do controle), na Nota Fiscal de Serviços do mês de referência;

4.1.26. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente instrumento, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

4.1.27. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, grave, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, comerciais, tributárias e fiscais;

4.1.28. Encaminhar bimestralmente, relatório técnico circunstanciado separado por endereço, das atividades realizadas em cada um dos prédios do CONTRATANTE;

4.1.29. Fornecer, sem ônus, aos seus empregados, uniformes em conformidade com o que estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, composto de calça ou saia, camisa ou camiseta, bata ou jaleco, meia e calçado, luva e bota antiderrapante, substituindo-os sempre que não atenderem às condições necessárias de segurança e apresentação. A empresa deverá fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.1.30. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, a partir da comprovação da responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estabelecido para cada situação, o CONTRATANTE reserva-se no direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo das sanções legais;

4.1.31. Apresentar juntamente com os originais da fatura, cópia da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS/FGTS, correspondentes ao período de execução dos serviços e à mão-de-obra alocada para esse fim, por meio das guias de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS, bem como do recolhimento do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

4.1.32. *Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do presente instrumento, atendendo, com a diligência possível, às determinações da Fiscalização, voltadas ao saneamento de faltas e correção de irregularidades verificadas;*

4.1.33. *Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de equipamentos empregados;*

4.1.34. *Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos no instrumento convocatório;*

4.1.35. *Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação em vigor,*

4.1.36. *Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.*

4.1.37. *Responsabilizar-se pela entrega integral mensal de todo material, sem ônus para o CONTRATANTE, exigido para a execução dos serviços, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes, sendo os mesmos sempre de 1ª qualidade.*

II - DO CONTRATANTE:

Na execução do objeto do presente contrato, caberá ao CONTRATANTE:

4.2.1 *Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços através de servidor lotado na Unidade Administrativa da COAFI, fornecendo as informações que se fizerem necessárias à realização dos serviços a que se referem este instrumento, participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços, notificando a CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução dos serviços;*

4.2.2 *Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, ferramentas e equipamentos;*

4.2.3 *Prover os recursos necessários à completa execução do Contrato. Atestar através da Unidade Administrativa da COAFI as faturas correspondentes às etapas executadas, após a verificação da conformidade dos serviços, para efeito de pagamento;*

4.2.4 *efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;*

4.2.5 *receber os empregados e prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, promovendo às suas expensas, a infra-estrutura necessária à prestação dos serviços, incluindo instalações sanitárias e outras que se apresentarem necessárias;*

4.2.6 *Controlar mensalmente, no caso dos serviços de limpeza, a realização dos serviços nas áreas de esquadrias externas – faces internas e externas, e fachadas envidraçadas – faces externas, por serventes que não estejam disponibilizados para a realização dos serviços da área interna e da área externa do prédio;*

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

4.2.7 conferir, vistoriar e aprovar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, os materiais entregues pela CONTRATADA, acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes;

4.2.8 A **Unidade Administrativa da COAFI** deverá elaborar relatório de acompanhamento mensal, registrando as ocorrências relativas aos serviços, o nome dos empregados faltosos (caso não haja substituição pela CONTRATADA), com o horário e o dia da falta, o número de substituições ocorridas no mês. O desempenho dos empregados da CONTRATADA e os serviços realizados deverão ser avaliados, e esta avaliação deverá ser encaminhada a Fiscalização para ciência até o quinto dia após o final do controle da frequência. As informações registradas e conciliadas darão origem aos descontos nas faturas mensais, com eventual penalização a ser aplicada à CONTRATADA;

4.2.9 Cuidar para que os empregados da CONTRATADA somente recebam ordens para a execução de tarefas, dos encarregados da empresa CONTRATADA, haja vista a sua subordinação à mesma. Havendo necessidade de solicitações ou reclamações quanto aos serviços, estas deverão ser dirigidas aos encarregados, que se incumbirão de tomar as providências cabíveis;

4.2.10 Não permitir que os empregados da CONTRATADA desempenhem funções que não as definidas no contrato e nos seus aditivos, e muito menos poderão ser utilizados para a realização de tarefas particulares, e;

4.2.11 Controlar através da **Unidade Administrativa da COAFI**, a confirmação da frequência dos empregados da CONTRATADA com acompanhamento do encarregado.

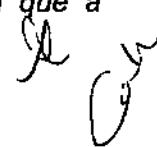
CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente contrato, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de R\$ 27.070,71 (Vinte e Sete Mil, Setenta Reais e Setenta e Um Centavos). O valor global dos serviços para 12 (Doze) meses importa a quantia de R\$ 324.848,52 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE, no início de cada mês subsequente ao do fato gerador, Nota Fiscal de Serviços referente aos serviços executados, destacando os valores relativos ao fornecimento de material e mão-de-obra, em função da retenção de 11% (onze por cento) do valor relativo a parcela da mão-de-obra destacado na Nota Fiscal de Prestação de Serviços ou, de 11% do valor bruto quando o valor de mão-de-obra não for destacado, e efetuará o recolhimento ao INSS até o dia 02 (dois) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, de acordo com o disposto no art. 31, da Lei nº 8.212/1991, com redação dada pela Lei nº 9.711/1998, regulamentado pelo art. 219 do Decreto nº 3.048/1999, com redação dada pelo Decreto nº 4.729/2003, e orientação técnica dada pela IN nº 03/2005 de 01/08/2005 do INSS. O CONTRATANTE terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação do documento, para aprová-lo ou rejeitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Nota Fiscal de Serviços não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento não aprovado pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
 RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP





**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados e demais obrigações decorrentes da execução do presente instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito bancário em conta corrente da CONTRATADA, correspondente ao valor mensal proposto e vigente, efetuando-se o mesmo, no máximo, em 10 (dez) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de Serviços pela **Unidade Administrativa da COAFI**, sendo que o pagamento referente ao mês de início da execução e o de vencimento do contrato de serviços, será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos, conforme o Cronograma de Desembolso Financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - O CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal, no todo ou em parte, no caso de:

- a) execução do objeto contratual em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito ou pendência de qualquer natureza com o **CONTRATANTE**;
- c) verificação de débitos junto a órgãos Municipais, Estaduais, Federais e Fiscalizadores da Classe.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA para fazer jus ao pagamento de que trata o caput, deverá fazer prova do recolhimento mensal do INSS, FGTS e da liquidação da Folha de Pagamento de Empregados referente a última competência vencida, bem como da regularidade com as obrigações sociais através da apresentação da **Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS**, dentro dos seus prazos de validade.

PARÁGRAFO SEXTO - As comprovações de que trata o parágrafo anterior, no caso da **Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade do FGTS**, deverão corresponder ao período de execução e, no caso da **Folha de Pagamento**, deverá corresponder à mão-de-obra alocada para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, bem como ao período de execução.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA fará jus à atualização financeira do valor a ser pago, caso o pagamento ocorra após o prazo avençado no caput, contado o período para atualização da data final do adimplemento até a data do efetivo pagamento, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

I = Índice de atualização financeira = 0,01644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,01644$$

CONTRATO Nº 015/2014 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO

Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, caso estejam vinculado às datas-base destes instrumentos. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, se houver, do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, devendo ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades do contrato em vigência;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- VI - a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

O novo valor contratual decorrente de repactuação poderá ser concedido, exclusivamente, com data anterior, quando esta envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

O **CONTRATANTE** deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 12 (Doze) meses, contado da data de sua assinatura, a partir de 15 de abril de 2014 a 15 de abril de 2015, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

Não obstante o prazo inicial estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente instrumento estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: **Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.37, Programa de Trabalho: 2298**

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução das atividades contratuais ora pactuadas será acompanhada e fiscalizada por representante do **CONTRATANTE** especialmente designado para esse fim, lotado na COAFI / RURAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1 O servidor designado para fiscalizar o contrato, anotar em registro próprio as ocorrências de qualquer natureza verificadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularizá-las, inclusive notificando a CONTRATADA;

9.2 Encaminhar à autoridade superior proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado de forma irregular, em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção dessa medida, garantida a ampla defesa à CONTRATADA;

9.3 Para o cumprimento das suas atribuições, a Fiscalização disporá de uma cópia do contrato e de seus aditivos, e de uma cópia da planilha de custo apresentada pela empresa e das repactuações de preços, se houver, para que, no caso de haver necessidade de serem verificados os descontos de dias ou horas não trabalhados, possa elaborar os respectivos cálculos, bem como calcular os valores referentes às penalidades previstas no contrato, que deverão ser submetidas à aprovação final da Administração;

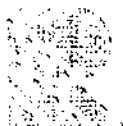
9.4 Ocorrendo descontos de faltas e dias não trabalhados, estes descontos deverão estar registrados em relatório a ser encaminhado à empresa, que deverá ter condições de defesa prévia;

9.5 Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

9.6 Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados da CONTRATADA disponibilizados para o serviço, para comprovar o registro de função e, se o salário está em conformidade com a proposta escrita;

9.7 Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento que não estejam em conformidade com as especificações e normas técnicas, ou ainda, que não atendam as necessidades do objeto;

9.8 Executar mensalmente a verificação dos serviços em conformidade com o instrumento contratual, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato;

9.9 Elaborar o relatório de acompanhamento mensal do contrato, de maneira concisa e clara, de forma que não parem dúvidas quanto às informações e interpretações ali registradas, definindo-se, quando possível, o cálculo do desconto das horas ou dias não trabalhados pelos empregados da CONTRATADA, como também as penalidades aplicadas à CONTRATADA nos termos do contrato, e;

9.10 Informar à empresa CONTRATADA, com base no relatório, a respeito de fatos e atos em desacordo com os termos do edital e do contrato para que proceda, se for o caso, ao desconto na Nota Fiscal de Serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

As obrigações resultantes do presente contrato deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executado o objeto contratual, será ele recebido no prazo máximo de até 5 (cinco) dias em conformidade com as disposições pertinentes a este instrumento, contidas nos arts. 73, I, § 2º, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a)- advertência;

b)- multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste instrumento, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, devidamente atualizado,

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

c) - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato devidamente atualizado, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

d)- multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, devidamente atualizado, nos casos de inexecução total e de, já tendo a **CONTRATADA** sofrido punição na forma prevista no item anterior, vir ela a cometer igual falha, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo da imediata rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis;

e)- ficar impedida de licitar e de contratar com o **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas estipuladas nos itens "b", "c" e "d" do caput e demais cominações legais, se a **CONTRATADA**: não celebrar o contrato; apresentar documento falso ou fizer declaração falsa; ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão; não mantiver a proposta, injustificadamente; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o **CONTRATANTE**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento das mesmas no prazo estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, constituem motivos para rescisão do presente contrato a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, podendo ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, amigável ou judicial conforme dispõe o art. 79 do diploma citado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a **CONTRATADA** reconhece o direito do **CONTRATANTE** de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma prevista na legislação em vigor;

c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Handwritten signature



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso a **CONTRATADA** cometa falhas sucessivas ou demonstre um desempenho insatisfatório ou imperícia na execução do serviço compreendido no escopo do presente contrato, o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de adjudicar os serviços em questão à outra empresa de sua livre escolha, após comunicação por escrito à **CONTRATADA**, sendo certo que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas daí decorrentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A utilização, pelo **CONTRATANTE**, do direito a ela assegurado no item anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por este contrato, não cabendo à **CONTRATADA** reivindicações de quaisquer natureza em consequência da aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do disposto no **caput**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedada a subcontratação do objeto do presente contrato, não sendo permitida, outrossim, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a sua fusão, cisão ou incorporação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, os documentos abaixo relacionados:

- a) **Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2014-CPL/RURAP** e demais anexos,
- b) **Termo de Referência**, e;
- c) **Proposta Escrita da Contratada**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de conflito entre as estipulações ou condições constantes deste instrumento e do Edital com as da proposta, fica desde logo estabelecido que prevalecerão sempre aquelas contidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PESSOAL

O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá vínculo de qualquer natureza com o **CONTRATANTE** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. Na eventual hipótese de vir o **CONTRATANTE** a ser demandado judicialmente a **CONTRATADA** o ressarcirá de todas e quaisquer despesas que, em decorrência, vier a ser condenado a pagar, incluindo-se não só os valores judicialmente fixados, mas também outros alusivos à formulação da defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO - a **CONTRATADA** deverá assumir a responsabilidade por todos os Encargos Sociais e Trabalhistas previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do seu objeto, preservando atualizados os seus dados cadastrais juntos aos registros competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO


Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.



Macapá-AP, 15 de abril de 2014.

MAX ATALIBA FERREIRA PIRES
Diretor Presidente do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) Daniela dos Santos Pereira
CPF: 687.344.509-97

2) [Handwritten Signature]
CPF: 315488912-53

CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL
RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu **Diretor Presidente Sr. JOSÉ MARIA DARMASO LIMA**, Administrador, nomeado pelo Decreto Estadual nº 1635 de 27 de março de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº 264217-AP e do CPF Nº 094.891.932-91, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Jambeiros nº 1029, bairro Liberdade, CEP 68.900.000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a **Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, **Inscrição Estadual nº 03.007619-1**, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo **Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo ao Contrato fundamenta-se na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, artigo 57, inciso II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos. Pregão Eletrônico nº 001/2014, do tipo Menor Preço Global.

Processo Administrativo nº 37.0042/2015.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objetivo dar continuidade no Contrato nº 015/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alterada a **Cláusula Sétima – Da Vigência**, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidas as demais aqui não referidas, na forma em que se encontram redigidas e que neste ato e ocasião são totalmente ratificadas para os fins de direito:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo ao Contrato vigorará pelo período de 12 (Doze) meses, a contar de 16 de abril de 2015 a 16 de abril de 2016, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser objeto de sucessivas prorrogações, através de termos aditivos, até que seja alcançado o prazo máximo em lei admitido (art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93).

Não obstante o prazo inicial estipulado, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do presente instrumento estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente Termo Aditivo, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de R\$ 27.070,71 (Vinte e Sete Mil, Setenta Reais e Setenta e Um Centavos). O valor global dos serviços para 12 (Doze) meses importa a quantia de R\$ 324.848,52 (Trezentos e Vinte e Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.37, Programa de Trabalho: 2298

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo Aditivo ao Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL - RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Macapá-AP, 04 de maio de 2015.



JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

**COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu **Diretor Presidente Sr. JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA**, Administrador, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5871 de 31 de dezembro de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº 264217-AP e do CPF Nº 094.891.932-91, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Jambeiros nº 1029, bairro Liberdade, CEP 68.900.000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA a Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, **Inscrição Estadual nº 03.007619-1**, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo **Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES**, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo ao Contrato fundamenta-se na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, artigo 57, inciso II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos. Pregão Eletrônico nº 001/2014, do tipo Menor Preço Global.

Processo Administrativo nº 37.0015/2016.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
PREDIAL - RURAP / CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objetivo dar continuidade no Contrato nº 015/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas às **Cláusula Quinta – Das Condições de Pagamento e Cláusula Sétima – Da Vigência**, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidas as demais aqui não referidas, na forma em que se encontram redigidas e que neste ato e ocasião são totalmente ratificadas para os fins de direito:

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente Termo Aditivo, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de **R\$ 27.070,71 (Vinte e Sete Mil, Setenta Reais e Setenta e Um Centavos)**. O valor global dos serviços para 06 (Seis) meses importa a quantia de **R\$ 162.424,26 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo ao Contrato vigorará pelo período de **06 (Seis) meses**, a contar de **17 de abril de 2016 a 17 de outubro de 2016**, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: **Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.37, Programa de Trabalho: 2298.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo Aditivo ao Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

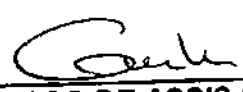
Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Macapá-AP, 15 de abril de 2016.



JOSE MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

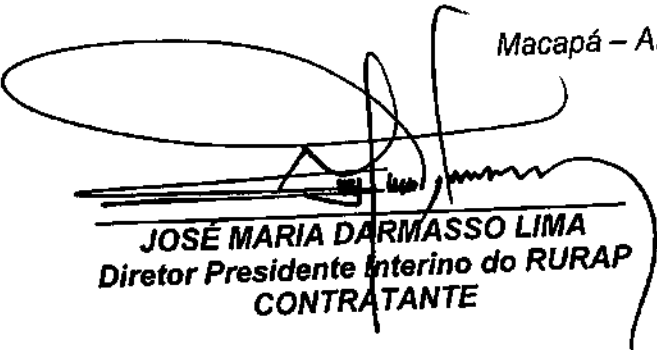
PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos a serem repassados pelo **RURAP** à Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	PROGRAMAS	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101	2298	3390.37	R\$ 162.424,26
TOTAL				R\$ 162.424,26

Importa o presente Plano de Aplicação no valor de **R\$ 162.424,26 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

Macapá – AP, 15 de abril de 2016.


JOSE MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso do **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP (Prestação de Serviços)**, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	MAIO/2016	R\$ 27.070,71
02	JUNHO/2016	R\$ 27.070,71
03	JULHO/2016	R\$ 27.070,71
04	AGOSTO/2016	R\$ 27.070,71
05	SETEMBRO/2016	R\$ 27.070,71
06	OUTUBRO/2016	R\$ 27.070,71
TOTAL		R\$ 162.424,26

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de **R\$ 162.424,26 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

Macapá – AP, 15 de abril de 2016.


JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAPÁ POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP, COMO CONTRATADA, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITOS A SEGUIR DESCRITOS:

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, Autarquia Estadual, criada pelo Decreto (N) Nº. 0122 de 23 de Agosto de 1991, sediada à BR 156,, km 2, S/Nº, bairro São Lázaro, na capital do Estado do Amapá, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 34.926.188/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente Sr. JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA, Administrador, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5871 de 31 de dezembro de 2015, brasileiro, portador da Cédula de Identidade - nº 264217-AP e do CPF Nº 094.891.932-91, residente e domiciliado nesta capital, na Av. Jambeiros nº 1029, bairro Liberdade, CEP 68.900.000, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado como **CONTRATADA** a **Empresa CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ (MF) nº. 34.871.707/0001-95, Inscrição Estadual nº 03.007619-1, localizada à Av. Raimundo Antonio Machado, nº. 560, bairro Novo Buritizal, nesta cidade de Macapá-AP, CEP: 68.904-043, telefone: 3224-1222, representada neste ato pelo Sr. FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade nº. 233854 – 2ª Via - DPTC / AP e do CPF nº. 563.349.402-44, residente e domiciliado na Av. dos Goitacazes, nº. 99, bairro Beírol, nesta cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP: 68.900-000, fone: (096) 3224-1222, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente Termo Aditivo ao Contrato fundamenta-se na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, artigo 57, inciso II da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, e alterações posteriores pelo disposto no Edital e seus respectivos anexos. Pregão Eletrônico nº 001/2014, do tipo Menor Preço Global.

Processo Administrativo nº 37.0015/2016.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objetivo dar continuidade no Contrato nº 015/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Pelo presente Termo Aditivo as partes identificadas no pórtico do Contrato Original, declaram, aceitam e ajustam que o instrumento acima identificado tem alteradas as **Cláusula Quinta – Das Condições de Pagamento e Cláusula Sétima – Da Vigência**, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidas as demais aqui não referidas, na forma em que se encontram redigidas e que neste ato e ocasião são totalmente ratificadas para os fins de direito:

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela regular e completa execução dos serviços objeto do presente Termo Aditivo, fará jus a CONTRATADA, ao valor mensal de **R\$ 27.070,71 (Vinte e Sete Mil, Setenta Reais e Setenta e Um Centavos)**. O valor global dos serviços para 06 (Seis) meses importa a quantia de **R\$ 162.424,26 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo ao Contrato vigorará pelo período de **06 (Seis) meses**, a contar de **17 de abril de 2016 a 17 de outubro de 2016**, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA-

A despesa de que trata o objeto deste Contrato, constam no orçamento do RURAP, através da: **Fonte: 101, Elemento de Despesa: 33.90.37, Programa de Trabalho: 2298.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Termo Aditivo ao Contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE**, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º 8.666, de 21.06.93.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

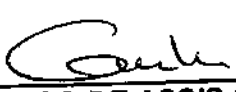
Elegem as partes o foro da Comarca de Macapá, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Macapá-AP, 15 de abril de 2016.



JOSE MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DO AMAPÁ LTDA-EPP
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

PLANO DE APLICAÇÃO


Plano de Aplicação dos recursos a serem repassados pelo **RURAP** à **Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP**, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do **Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP**, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

DISCRIMINAÇÃO	FONTE	PROGRAMAS	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL	101	2298	3390.37	R\$ 162.424,26
TOTAL				R\$ 162.424,26

Importa o presente Plano de Aplicação no valor de **R\$ 162.424,26** (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos).

Macapá – AP, 15 de abril de 2016.


JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
 Diretor Presidente Interino do **RURAP**
CONTRATANTE


FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
 Construções e Comércio do Amapá **LTDA-EPP**
CONTRATADA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Cronograma de Desembolso do **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014 – RURAP (Prestação de Serviços)**, firmado entre o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP/AP e a Empresa Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de serviços continuados de Limpeza, Conservação e Higienização Predial, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e ferramentas, e serviços de copeiragem sem material, a serem utilizados na execução dos serviços nas instalações internas e externas, do prédio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, conforme condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Nº DE PARCELAS	MÊS	VALOR R\$
01	MAIO/2016	R\$ 27.070,71
02	JUNHO/2016	R\$ 27.070,71
03	JULHO/2016	R\$ 27.070,71
04	AGOSTO/2016	R\$ 27.070,71
05	SETEMBRO/2016	R\$ 27.070,71
06	OUTUBRO/2016	R\$ 27.070,71
TOTAL		R\$ 162.424,26

Importa o presente Cronograma de Desembolso no valor de **R\$ 162.424,26 (Cento e Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Quatro Reais e Vinte e Seis Centavos)**.

Macapá – AP, 15 de abril de 2016.



JOSÉ MARIA DARMASSO LIMA
Diretor Presidente Interino do RURAP
CONTRATANTE



FRANCISCO DE ASSIS SÁ GONÇALVES
Construções e Comércio do Amapá LTDA-EPP
CONTRATADA